

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO**  
**ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Maj QMB LEANDRO DA ROSA DUQUE ESTRADA **MEYER**

**AS PERSPECTIVAS DA INDÚSTRIA NACIONAL DE  
DEFESA BRASILEIRA DIANTE DO CRESCIMENTO  
DE PRODUTOS DE DEFESA DA CHINA NA  
AMÉRICA DO SUL**



Rio de Janeiro

2019

Maj QMB LEANDRO DA ROSA DUQUE ESTRADA **MEYER**

**As Perspectivas da Indústria Nacional de Defesa  
Brasileira diante do crescimento de Produtos de Defesa da  
China na América do Sul**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército,  
como requisito parcial para a obtenção do título  
de Especialista em Ciências Militares.

Orientador: Maj Inf QEMA Alisson Alencar David

Rio de Janeiro

2019

M612p MEYER, Leandro da Rosa Duque Estrada.

As Perspectivas da Indústria Nacional de Defesa Brasileira diante do crescimento de Produtos de Defesa da China na América do Sul. / Leandro da Rosa Duque Estrada Meyer - 2019.

69 f. : il. 30cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

Orientação: Alisson Alencar David

Bibliografia: p. 64-66

1. China 2. América do Sul 3. Indústria Nacional de Defesa Brasileira 4. Produtos de Defesa I. Título.

CDD 355.45

Maj QMB LEANDRO DA ROSA DUQUE ESTRADA **MEYER**

**As Perspectivas da Indústria Nacional de Defesa  
brasileira diante do crescimento de Produtos de Defesa da  
China na América do Sul**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
à Escola de Comando e Estado-Maior do  
Exército, como requisito parcial para a  
obtenção do título de Especialista em Ciências  
Militares.

Aprovado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

COMISSÃO AVALIADORA

---

Glauber Juarez Sasaki Acácio – Ten Cel Com – Presidente  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

---

Eduardo Teixeira Costa Mattos – Ten Cel Inf – Membro  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

---

Alisson Alencar David – Maj Inf – Membro  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À minha filha e meus pais, fontes de  
inspiração e exemplo.

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus pelo dom da vida.

À minha filha pela compreensão e por todo apoio prestado para consecução de mais um objetivo em nossas vidas.

Ao meu orientador, o Maj Inf Alisson Alencar David, pelas orientações seguras e objetivas e pela fidalguia demonstrada durante a execução deste trabalho, contribuindo sobremaneira no meu aprimoramento pessoal e profissional.

A todos aqueles que direta ou indiretamente colaboraram para que este projeto fosse concluído.

## RESUMO

Com o crescimento econômico da China na esfera global, a América do Sul tornou-se um importante mercado para seus produtos, em troca de commodities, que são essenciais para a expansão chinesa. O mercado de defesa surge, nesse viés, como um dos setores fundamentais para a estratégia hegemônica de Xi Jinping, que busca, com preços acessíveis, ganhar a concorrência com outros países e aumentar a influência militar no continente. Diante do exposto, a Indústria Nacional de Defesa Brasileira vê nesse gigante asiático um potencial concorrente para seu mercado de Defesa que, na última década, vem tendo mais espaço na pauta do governo brasileiro, a fim de se fortalecer e ser capaz de manter as exportações de seus principais produtos desse importante setor industrial, além de evitar a entrada desse mercado chinês no território nacional. Nesse viés, este trabalho tem por objetivo apresentar o panorama atual da Indústria Nacional de Defesa Brasileira e suas perspectivas diante do crescimento dos Produtos de Defesa chineses na América do Sul. Para isso, será apresentado a China no século XXI, com seus interesses no continente sul-americano e suas relações comerciais com o Brasil. Logo após, será apresentado a presença militar chinesa na América do Sul, com o que já se tem de produtos de Defesa no Brasil e países vizinhos. A Indústria Nacional de Defesa será debatida com o seu panorama atual, as linhas de ação para enfrentar esse forte concorrente e as perspectivas diante da assunção do novo governo, com uma conclusão das perspectivas da BID a curto prazo diante do crescimento desse forte concorrente.

**Palavras-Chave:** China, América do Sul, Indústria Nacional de Defesa, perspectivas.

## RESUMEN

Con el crecimiento económico global de China, América del Sur se ha convertido en un mercado importante para sus productos a cambio de productos básicos, que son esenciales para la expansión de China. El mercado de defensa emerge como uno de los sectores clave para la estrategia hegemónica de Xi Jinping, que busca ganar competencia con otros países y aumentar la influencia militar en el continente a precios asequibles. Dado lo anterior, la Industria de Defensa Nacional de Brasil ve a este gigante asiático como un competidor potencial para su mercado de Defensa que, durante la última década, ha tenido más espacio en la agenda del gobierno brasileño, para fortalecer y poder mantener las exportaciones. de sus principales productos en este importante sector industrial, además de impedir la entrada de este mercado chino. En este sentido, este documento tiene como objetivo presentar el panorama actual de la industria de defensa nacional brasileña y sus perspectivas sobre el crecimiento de los productos de defensa chinos en América del Sur. Con este fin, China se presentará en el siglo XXI, con sus intereses en el continente. América del Sur y sus relaciones comerciales con Brasil. Poco después, se presentará la presencia militar china en América del Sur, con los productos de defensa ya disponibles en Brasil y países vecinos. La Industria de la Defensa Nacional se debatirá con su perspectiva actual, las líneas de acción para abordar a este fuerte competidor y las perspectivas de la asunción del nuevo gobierno, con una conclusión de las perspectivas a corto plazo del BID para el crecimiento de este fuerte competidor.

**Palabra clave:** China, Sudamérica, Industria de Defensa Nacional, perspectivas.



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	PIB da China	20
Gráfico 2	Exportações, Importações e saldo comercial dos países da América do Sul com a China	22
Gráfico 3	Exportações, importações e balança comercial da China	28
Gráfico 4	Visão geral dos produtos exportados para a China	30
Gráfico 5	Exportações brasileiras de armamentos (1970-2000)	43
Gráfico 6	Exportações brasileiras de armamentos (2000-2013)	47
Gráfico 7	Gastos militares brasileiros (2000-2013)	54
Gráfico 8	Gastos militares brasileiros (2000-2012)	54

## LISTA DE FOTOS

Foto 1	Visita do presidente Hugo Chaves à China em 2005	35
Foto 2	Aeronave chinesa MA60 adquiridas pela Bolívia	36
Foto 3	Aeronave chinesa Y 12 adquiridas pelo Peru	37

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Visita do presidente Hugo Chaves à China em 2005	19
Quadro 2	Aeronave chinesa MA60 adquiridas pela Bolívia	19
Quadro 3	Principais Produtos de Defesa brasileiros 1980/1990	44
Quadro 4	Principais Empresas/Instituições da BID	55

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AS	AMÉRICA DO SUL
RPC	REPÚBLICA POPULAR DA CHINA
MERCOSUL	MERCADO COMUM DO SUL
AL	AMÉRICA LATINA
EUA	ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
BID	BASE INDUSTRIAL DE DEFESA

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b>	12
2	<b>METODOLOGIA</b>	16
3	<b>A CHINA NO SÉCULO XXI</b>	18
3.1	OS INTERESSES DA CHINA NA AMÉRICA DO SUL	22
3.2	AS IMPLICAÇÕES PARA A AMÉRICA DO SUL DIANTE DA PRESENÇA CHINESA	25
3.3	A CHINA E A INDÚSTRIA BRASILEIRA	27
4	<b>A PRESENÇA MILITAR DA CHINA NA AMÉRICA DO SUL</b>	31
4.1	A INSERÇÃO DE PRODUTOS DE DEFESA DA CHINA NA AMÉRICA DO SUL	33
4.2	A INSERÇÃO DE PRODUTOS DE DEFESA DA CHINA NO BRASIL	39
5	<b>A INDÚSTRIA NACIONAL DE DEFESA BRASILEIRA</b>	42
5.1	HISTÓRICO	42
5.2	PANORAMA ATUAL	45
5.3	POLÍTICAS VOLTADAS PARA A DEFESA E ORÇAMENTO	49
5.4	PRINCIPAIS EMPRESAS	55
5.5	LINHAS DE AÇÃO PARA ENFRENTAR OS DESAFIOS DA CONCORRÊNCIA CHINESA	57
5.6	AS RELAÇÕES POLÍTICO-ECONÔMICAS COM A CHINA NO NOVO GOVERNO E AS IMPLICAÇÕES PARA A BID	61
6	<b>CONCLUSÃO</b>	64
	<b>REFERÊNCIAS</b>	..

## 1 INTRODUÇÃO

“Os Latino-Americanos veem a China como um panda ou um dragão? Um animal adorável e gentil que oferece oportunidades de desenvolvimento, ou um ser bonito e poderoso que pode engolir a região?” (ELLIS, 2018).

A pergunta acima feita por Evan Ellis, professor de Pesquisas dos Estudos Latino-Americanos do Instituto dos Estudos Estratégicos da Faculdade de Guerra do Exército dos EUA, mostra que o crescimento da China na esfera global tem provocado mudanças no campo econômico e geopolítico da América Latina. A entrada da China na América do sul é vantajosa para os países da Região? Mesmo em um cenário de incertezas, a República Popular da China torna-se, nos últimos anos, a principal parceira comercial de diversos países Sul-Americanos.

Inserido nesse contexto, está o Brasil, país considerado hegemônico na América do Sul e principal membro do MERCOSUL, tornando-se o ataque principal do gigante asiático nessa região do Globo Terrestre.

O desabrochar da China transformou-a num ator econômico importante na América do Sul. Em 2006, seu comércio com a região chegou a US\$ 50 bilhões e seu recém-conquistado poder econômico nas Américas conseqüentemente aumentou o seu poder político. A China conduz suas relações de defesa com a América do Sul num ambiente político e econômico que pode preparar terreno para grandes vendas de armas. As informações de fontes abertas e outros meios analíticos indicam que as vendas de armas chinesas à América do Sul vêm aumentando lenta, mas continuamente (HORTA, 2009).

Na última década, as vendas militares chinesas para a América do Sul se expandiram, passando de fardamentos e equipamentos não letais para um conjunto de plataformas cada vez mais amplo e sofisticado. Os países que mais possuem produtos de defesa chineses na região são Venezuela, Bolívia, Equador e Peru (ELLIS, 2018).

Diante do exposto, a Indústria Nacional de Defesa Brasileira, setor essencial para a manutenção da soberania nacional, vê a sua frente uma possível concorrência interna e externa com os produtos de defesa chineses que, aos poucos, aumentam

de vulto nos países do entorno estratégico brasileiro, podendo comprometer o fortalecimento do setor de defesa nacional.

A elaboração da END, em 2008, veio como uma alavanca que está proporcionando mais ênfase do governo nessa sensível área industrial, onde consta em um dos seus três eixos estruturantes, a reestruturação da Indústria de Defesa, que vem possibilitando a retomada do crescimento da produção, capacitando-a a atender as necessidades das Forças Armadas e o aumento da exportação, que é de fundamental importância para manter a viabilidade do setor industrial (FERREIRA, 2012).

Segundo o Contra-Almirante Luiz Carlos Faria Vieira, da Secretaria de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa (SEPROD), a Defesa é como uma moeda, que de um lado tem um viés de soberania e de outro a economia e que o lado econômico é fundamental para o país. É esse viés de economia que quer se mostrar para a sociedade e para o Governo Federal, pois trata-se de um setor que alavanca o PIB, gera emprego e renda. Cerca de 3,7% do PIB é de exportação dos produtos de defesa (DEFESANET, 2018).

Com isso, este trabalho de pesquisa tem por objetivo apresentar as perspectivas da Indústria Nacional de Defesa Brasileira diante desse forte concorrente que conquista cada vez mais espaço na América do Sul, de forma a trazer um panorama e as principais políticas necessárias para o seu fortalecimento, cumprindo o previsto na END, de modo a manter nossa soberania e aumentar as exportações das indústrias da área, fator primordial para a manutenção das mesmas.

Diante da abordagem anterior, constata-se o aumento de produtos de defesa da China na América do Sul, o que pode comprometer sobremaneira o fortalecimento da Indústria Nacional de Defesa no sentido de deixar de ter mercado para a venda de seus produtos, seja para suprir a demanda das Forças Armadas, seja para a exportação. Diante desse cenário sensível, esta pesquisa se depara com o seguinte problema:

Quais são as perspectivas da Indústria Nacional de Defesa Brasileira diante do crescimento de produtos de defesa dessa potência asiática no entorno estratégico brasileiro e, possivelmente, no país?

Esse questionamento encontra coerência na sua formulação, uma vez que o crescimento de Produtos de Defesa da China na América do Sul pode trazer inúmeras consequências para o país no que tange ao fortalecimento e nacionalização da produção desse tipo de material.

O objetivo geral desta pesquisa foi apresentar as possíveis perspectivas da Indústria Nacional de Defesa Brasileira diante do crescimento de produtos de defesa da China na América do Sul.

Diante disto, a fim de viabilizar a consecução do objetivo geral de estudo, foram formulados os objetivos específicos, abaixo relacionados, que permitirão o encadeamento lógico do raciocínio descritivo apresentado neste estudo:

- Apresentar o crescimento da China no século XXI.
- Conhecer a influência militar da China na América do Sul.
- Apresentar o panorama atual da Indústria Nacional de Defesa Brasileira e seu futuro mediante a crescente concorrência da China.

A hipótese levantada para a presente pesquisa foi a seguinte:

- O crescimento de Produtos de Defesa da China na América do Sul, provavelmente, pode acarretar grandes mudanças na política de defesa dos países dessa região, em especial o Brasil, que ainda não possui materiais desse gigante asiático de maneira plena?

A justificação deste estudo encontra-se, na medida que, torna-se fundamental mostrar a importância da Indústria Nacional de Defesa Brasileira como um propulsor da economia do país, ao mesmo tempo em que fortalecemos a manutenção da soberania do Brasil, em virtude da conjuntura mundial atual, que evidencia um interesse demasiado pela Amazônia Brasileira, aliado a imensa fronteira terrestre e marítima que o país possui no seu entorno estratégico.

Com a criação da Estratégia Nacional de Defesa, em 2008, o setor da indústria de defesa passou a ter uma importância relevante na consecução dos objetivos nacionais, na medida que um dos 03 (três) eixos estruturantes desse documento diz respeito a reestruturação da BID.

As Indústrias de Defesa necessitam da elaboração de políticas que permitam a viabilidade da produção com o decorrer do tempo, atendendo as necessidades das Forças Armadas e, também, o desenvolvimento de pesquisa e investimentos em



ciência e tecnologia, permitindo que as exportações possam ser alavancadas, dando um fôlego para a produção continuada desses materiais.

Dessa maneira, com o crescimento dos produtos de defesa da China em alguns países da América do Sul, torna-se fundamental a adoção de medidas que fortaleçam esse fundamental setor industrial, de maneira que se volte ao auge da Indústria Nacional de Defesa, nos anos 80 e 90, onde o Brasil figurava entre os principais exportadores de defesa do mundo.

O presente estudo pretende despertar sobre a importância desse assunto para o desenvolvimento do país, fomentando o campo da pesquisa e desenvolvimento, a fim de produzir Produtos de Defesa compatíveis com as modernas tecnologias dos países desenvolvidos e manter a Base Industrial de Defesa fortalecida diante da concorrência desse gigante asiático.

## 2 METODOLOGIA

Em geral, a metodologia de pesquisa a ser realizada será a de pesquisa bibliográfica de autores relevantes sobre o assunto que abordem aspectos referentes ao panorama atual da Indústria Nacional de Defesa Brasileira, a inserção da China na América do Sul e as políticas implementadas a fim de fomentar a Base Industrial de Defesa, dentre outros sites versando sobre esses assuntos.

A partir do conceitual teórico de Alda Judith Alves Mazzotti e de Fernando Gewandszajder (2001) evidenciado em sua obra “O método nas ciências naturais e sociais”, a presente pesquisa se desenvolverá com referencial em investigações bibliográfica e documental, compreendendo as seguintes técnicas:

- Levantamento da bibliografia e de documentos pertinentes;
- Seleção da bibliografia e dos documentos;
- Estudo crítico e conclusões a respeito do assunto.

Para a exposição do crescimento da China na América do Sul no século XXI, será realizado um levantamento bibliográfico nas principais páginas da rede mundial de computadores e trabalhos científicos que abordem o tema proposto.

No estudo da Indústria Nacional de Defesa Brasileira, a pesquisa se baseará nos conteúdos constantes das páginas da rede mundial de computadores, de trabalhos científicos realizados, de publicações nos principais documentos do governo brasileiro e da Associação Brasileira de Indústria de Material de Defesa (ABIMDE), com a finalidade de se conhecer o panorama atual e as perspectivas da Indústria Nacional de Defesa diante da concorrência chinesa.

A pesquisa pode ser considerada também, descritiva e explicativa. Descritiva, pois pretende descrever o crescimento de Produtos de Defesa da China na América do Sul e o panorama atual da Indústria Nacional de Defesa, e explicativa, pois procurará mostrar a perspectiva do governo para esse setor, diante de mais essa dificuldade.

A coleta de material será realizada por meio de consultas às bibliotecas da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e da Escola Superior de Guerra. Serão, também, pesquisados artigos científicos e sites versando sobre o assunto.

Por fim, o relatório da pesquisa constituir-se-á de um texto, em que constarão as questões – objeto de estudo – enfatizando a situação-problema da Indústria Nacional de Defesa Brasileira diante da concorrência desse gigante asiático.

### 3 A CHINA NO SÉCULO XXI

A China, nos últimos trinta anos, tem sido protagonista de um processo de expansão comercial impressionante, logo após a reforma econômica para a abertura, mediante um modelo de livre mercado para fora e do socialismo para dentro. Desta maneira, a abertura dos novos mercados e o surgimento de Estados influentes nas distintas regiões são os fatores que se consideram como relevantes na hora de analisar o comportamento econômico da China (UNESP, 2011).

Na China, os números nunca parecem ser modestos: país que mais cresce nas últimas décadas, a segunda maior economia do mundo, população gigantesca, país que hospeda as maiores cidades do mundo – e as mais poluídas, maior produtor mundial de carvão e aço, maior mercado de telefonia celular, “a oficina do mundo”. A China, que já era a maior exportadora mundial desde 2009, em 2012 superou, pela primeira vez os norte-americanos e tornou-se a maior potência comercial pelo critério de fluxo comercial (soma de importações e exportações). O grau de urbanização também foi impressionante (CINTRA, 2013).

Com sua imensa população, seu poder militar e seu arsenal nuclear, sua crescente necessidade de recursos energéticos e de diversas commodities, produto de seu elevado crescimento econômico, que está transformando rapidamente sua estrutura social, a China tem criado as condições para sua expansão global, mudando o cenário geopolítico e geoeconômico. Assim, a clássica visão de interdependência entre o ator estatal China com as potências ocidentais, que outrora poderia ser considerada de “vertical”, ou Norte-Sul, está sendo questionada nos dias de hoje, por exemplo, a relação RPC-EUA, RPC – União Europeia e RPC – Rússia, devido ao peso que a China tem nas questões de segurança global e, sobretudo, na economia internacional. Assim, levando em consideração essa premissa, fica claro o status da RPC como uma potência global e não mais como uma “potência emergente” (VADELL, 2011). O quadro 01 faz uma comparação entre China, EUA e Brasil, onde pode-se ter a ideia do que representa a China no cenário mundial, na atualidade.

<b>Quadro 01 – Comparação entre países: China, EUA e Brasil</b>			
<b>Critérios</b>	<b>China</b>	<b>EUA</b>	<b>Brasil</b>
População	1,385 bilhão	320 milhões	210 milhões
Força de trabalho	817 milhões	159 milhões	105 milhões
Área (Km <sup>2</sup> )	9,6 milhões	9,4 milhões	8,5 milhões
PIB	8,5 trilhões	15,7 trilhões	2,3 trilhões
Efetivo Exército	1,6 milhão	600 mil	190 mil
Efetivo Marinha	255 mil	323 mil	59 mil
Efetivo Força Aérea	330 mil	346 mil	69 mil

Fonte: Almanaque Abril 2015 Brasil. São Paulo: Abril, 2015.

Os dados acima servem, apenas, para se ter uma ideia da dimensão da China perante o Brasil e ao seu maior rival no contexto mundial atual, chegando a patamares impressionante em várias expressões do poder.

No quadro 02, podemos constatar o crescimento militar chinês, existindo, hoje, uma disputa pela hegemonia nesse aspecto com os EUA, a despeito de sua anunciada vocação defensiva, pacifista e anti-hegemônica (Cabral, 2010, p. 617-620).

<b>Quadro 02 – comparação em poder militar: China, EUA e Brasil</b>			
<b>Critérios</b>	<b>China</b>	<b>EUA</b>	<b>Brasil</b>
Classificação geral no mundo	3 <sup>o</sup>	1 <sup>o</sup>	14 <sup>o</sup>
Carros de Combate	9.150	8.325	490
Veículos blindados de Combate	4.788	25.782	1.332
Aeronaves de asa fixa	2.788	13.683	748
Helicópteros	856	6.012	252
Porta-aviões	1	10	1
Submarinos	69	72	5
Capacidade bélica nuclear	Sim	Sim	Não

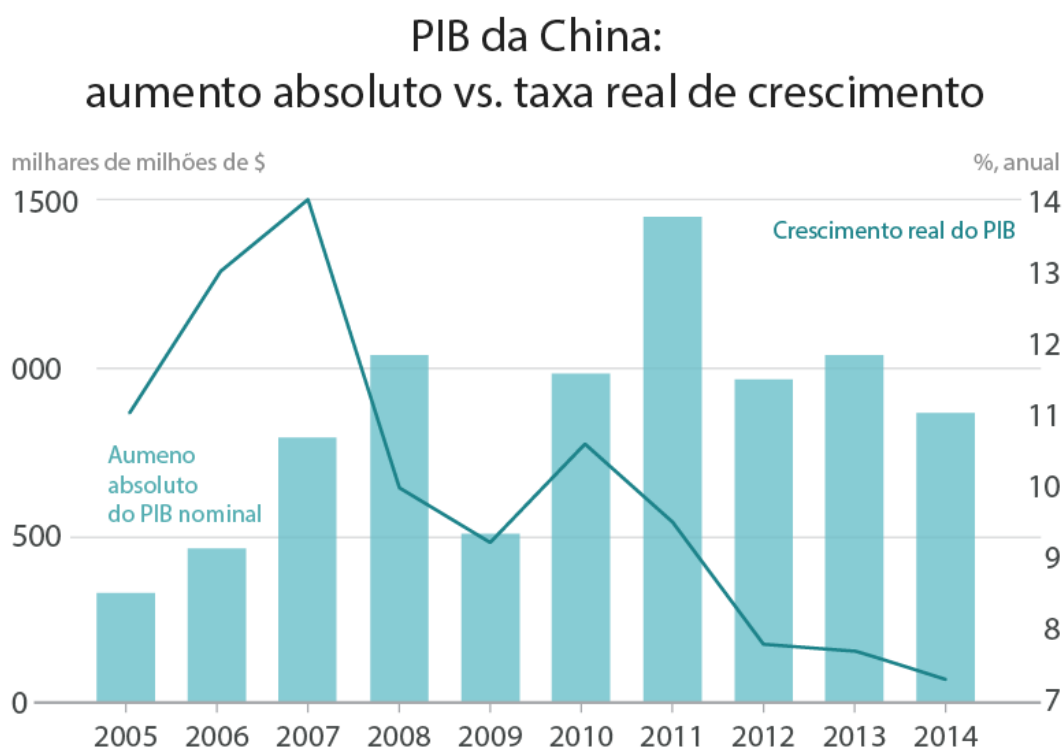
Fonte: <http://www.globalfirepower.com>.

Da rápida análise do quadro acima, pode-se inferir: (1) o poder militar chinês, a despeito de ser ainda bem menor do que o dos EUA, atingiu níveis consideráveis; (2) sua preocupação maior se dá com seu entorno estratégico, haja vista a grande

quantidade de carros de combate e a existência de apenas um porta-aviões (normalmente utilizado para projeção de poder); e (3) a posse de grande números de submarinos reforça o caráter defensivo atual de sua política militar, ao mesmo tempo em que aponta para a preocupação intensa com as questões que envolvem o controle das águas dos mares da China, mormente, o do Sul (ALMEIDA, 2014).

A RPC, ator fundamental das novas mudanças geopolíticas e geoestratégicas no século XXI, tem se tornado um motor econômico global. Mesmo com o crescimento a abrandar nos últimos anos, a China acrescenta à economia Global o equivalente ao PIB de um país do G20 todos os anos (ver gráfico 01). A China projeta um crescimento médio anual de 6,5% nos próximos anos (VADELL, 2011).

Gráfico 01 – PIB da China (%) aumento absoluto x taxa real de crescimento



Fonte: Banco Mundial (2016). Disponível em: <<https://pt-br.ihodl.com/analytics/2016-01-20/o-impacto-do-crescimento-da-china-na-economia-mundial/>>. Acesso em: 12 mar 2019.

Uma consequência direta do rápido crescimento econômico chinês e de seus processos de industrialização e urbanização foi o aumento da demanda por algumas commodities, demanda essa cresceu rapidamente nas últimas décadas, mas mais acentuadamente a partir dos anos 2000, quando o processo de urbanização e a indústria pesada (aço, ferro, cimento, alumínio, vidro) assumiram um “papel

protagonista”<sup>5</sup> para o crescimento. Apesar de ser um importante produtor de commodities, com grandes reservas de carvão e minério de ferro, grande produtor de trigo e arroz, a China não conseguiu que sua produção crescesse no mesmo ritmo de sua demanda, tendo que buscar commodities no mercado mundial (CINTRA, 2013).

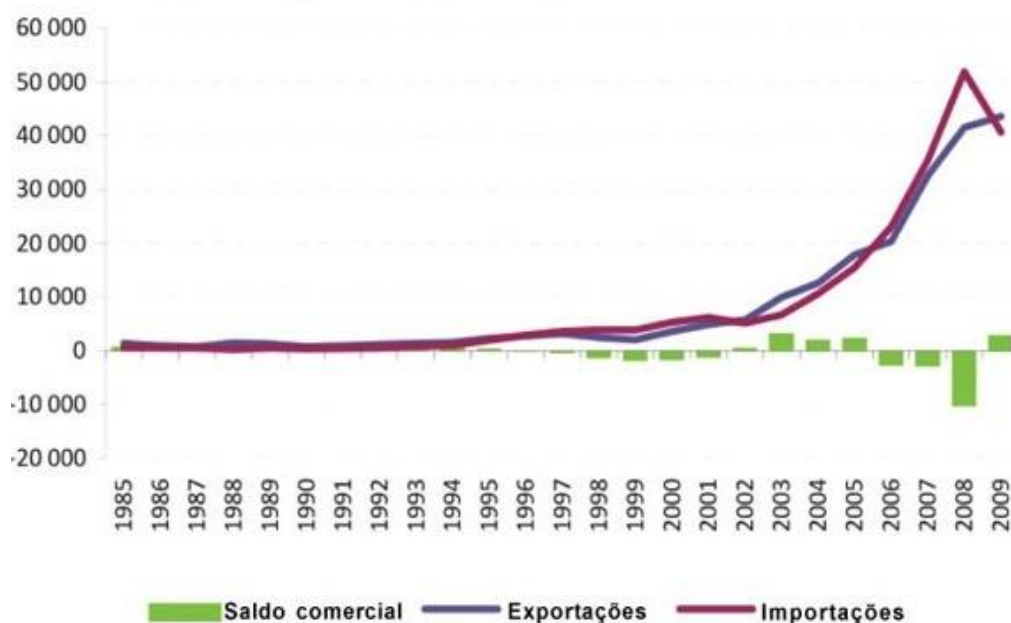
Diante do espetacular crescimento chinês e sua demanda crescente de matérias-primas, bem como a constante busca por novos mercados para colocar seus produtos manufaturados, são um dos principais motivos que explicam o interesse da China na América do Sul, pois esta região conta com grandes reservas energéticas e matérias-primas que atendem parte de suas necessidades.

Os objetivos estratégicos da China são discutivelmente o acesso confiável à commodities para fomentar a produção industrial chinesa e a formação de capital, incluindo não apenas a construção de fábricas, mas também de cidades, para dar suporte ao movimento massivo de pessoas do campo para as áreas urbanas. Os recursos da América Latina, incluindo o petróleo da Venezuela, Brasil e Equador, e os produtos de mineração do Brasil, Peru e Chile, além dos recursos de outras regiões, complementando as necessidades da China com relação a isso. As exportações de commodities sul-americanas para a China aumentou consideravelmente nos últimos anos (ver gráfico 2) (ELLIS, 2018).

A China também precisa de acesso a alimentos, para compensar sua falta de terra agrícola e água para alimentar seu 1,35 bilhão de pessoas à medida que se tornam mais afluentes e exijam uma dieta que inclua mais carne, o que requer muito mais terra e água do que a produção de uma dieta mais centrada em vegetais (ELLIS, 2018).

O Gráfico 02 mostra a evolução das relações comerciais da China com os países da América do Sul ao longo do tempo, contribuindo para a diversificação de exportações sul-americanas e atendendo as demandas chinesas para a produção de seus manufaturados.

Gráfico 02 – Exportações, importações e saldo comercial dos países da América do Sul com a China



Fonte: Bárcena e Rosales (2010). Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782011000400006](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000400006)>. Acesso em: 13 mar 2019.

### 3.1 OS INTERESSES DA CHINA NA AMÉRICA DO SUL

Para sustentar essa nova realidade econômica, o país asiático foi em busca de commodities. A América do Sul (AS) assume um papel importante para a China, pois possui os recursos minerais e energéticos necessários para suprir a base manufatureira da economia chinesa e alimentos, principalmente soja, para alimentar sua grande população. Do comércio que se intensificou no início do século XXI, principalmente após a visita do então presidente da China à região, Hu Jintao, em 2004, com a promessa de investir bilhões na região, ambas as partes se beneficiaram. Por um lado, os países da AS encontraram na China um mercado ávido para seus recursos naturais e produtos agrícolas. Com a alta do preço das commodities que assistimos na primeira década do novo século, muitos países tiveram ganhos expressivos com suas exportações para os chineses. Por outro lado, as empresas



chinesas encontraram na AS um grande mercado para consumir seus produtos manufaturados, geralmente com preços baixos (CINTRA, 2013).

Porém, a presença do país asiático não traz apenas oportunidades para a região. Enquanto as exportações da AL para a China tendem a se concentrar em algumas commodities, as exportações chinesas para a AL são bem diversificadas e concentradas em produtos manufaturados. Essa dinâmica de comércio entre as duas regiões trouxe à discussão a “maldição das matérias-primas”, (a ideia de que a abundância de recursos naturais prejudica o crescimento econômico de um país ou região no longo prazo), como uma forma de chamar a atenção para o que anda ocorrendo na AS. Adicionalmente, a presença chinesa também tem significado uma ameaça às exportações da AS para terceiros mercados, pois os produtos manufaturados latino-americanos não têm conseguido concorrer com os chineses. Com o avanço da China nos mercados globais de manufaturas, o debate sobre a perda de importância relativa da indústria ganhou intensidade na última década, apontando para a existência de um possível processo de “desindustrialização” acompanhado pela “re-primarização” da pauta de exportação nos países da AS (CINTRA, 2013).

A primeira preocupação das empresas nacionais chinesas que buscam o comércio e o investimento na AL tem sido assegurar o acesso a recursos minerais e energéticos para suprir a base manufatureira de sua economia, assim como o suprimento de alimentos, principalmente soja, para alimentar sua grande população. Mas o envolvimento da China com a América Latina vai muito além disso. Existem outros interesses. Sem dúvidas, podemos citar, em primeiro lugar, seu interesse por produtos primários disponíveis na região – minérios, minerais e energia – que ajudam a sustentar o rápido crescimento econômico chinês. Além disso, a demanda por alimentos tem crescido exponencialmente com o aumento da prosperidade do povo chinês. A América Latina passa a ter um papel importante como fornecedora de alimentos como a soja do Brasil, óleo de girassol da Argentina e produtos mais voltados para a nova população com renda média chinesa, como os vinhos chilenos, o café colombiano e a cerveja mexicana (ELLIS, 2018).

Em segundo lugar, a China se interessa pela AL como um mercado para exportar seus produtos. Com a crise econômica de 2008, as economias dos EUA e

da Europa – mercados tradicionais para os produtos chineses – começaram a se contrair. A China reconheceu, então, a necessidade de diversificar seus mercados a fim de manter o crescimento. Jiang Shixue (2008) afirma que “expandir seu Market share na AL tem sido parte do objetivo da China em reduzir sua dependência dos EUA, Japão e Europa” (ELLIS, 2018).

Em terceiro lugar, isolar Taiwan. Atualmente, 12 dos 23 países que reconhecem Taiwan como o governo legítimo da China se encontram na América Central e no Caribe, além do Paraguai na América do Sul. A questão Taiwan – seu isolamento e incorporação – é uma prioridade da agenda da política externa chinesa, estando Beijing determinada a conter Taiwan em todos os cantos do mundo. Os países da AL que reconhecem Taiwan são alvos estratégicos da China, uma vez que o reconhecimento internacional de Taiwan poderá leva-lo a declarar sua independência (ELLIS, 2018).

Em quarto lugar, a AL é importante para a China também para assegurar alianças estratégicas. Como parte de seu posicionamento global enquanto emerge como uma superpotência, a China reconhece os governos do México, Brasil, Venezuela e Argentina como “parceiros estratégicos”. Com um tratamento especial dado a esses países, a China espera sua influência na região (ELLIS, 2018).

Isso posto, podemos concluir que o impacto da China nas exportações latino-americanas está concentrado em alguns países e alguns setores. Antes da crise de 2008, analistas defendiam que o crescimento econômico chinês era um “bálsamo” para as economias da AL, que passaram a ver suas exportações e respectivas receitas subirem (CINTRA, 2013).

Por fim, a AL pode se beneficiar com o interesse que a China tem demonstrado em investir na região, principalmente em projetos relacionados à energia.

Para alguns países, poder estreitar as relações econômicas com a China já é um grande negócio, como o Chile e o Peru, enquanto que outros, que buscam diversificação dos mercados para colocar seus produtos, a China também se coloca como um parceiro importante (ELLIS, 2018).

### **3.2 AS IMPLICAÇÕES PARA A AMÉRICA DO SUL DIANTE DA PRESENÇA CHINESA**

Uma consequência direta das transformações geopolíticas e geoeconômicas que envolvem a China e a América do Sul é a bifurcação do Consenso do Pacífico – nova relação norte-sul, assimétrica e complementar, na era posterior ao Consenso de Washington, entre a China e algumas regiões em desenvolvimento, como é o caso dos países da América do Sul, cujo desenvolvimento é uma consequência direta das transformações globais – ligado ao impacto diferenciado nos diferentes Estados da sub-região. É, nesse sentido, que a expansão chinesa apresentar-se-á como um dos maiores desafios para o processo de integração na América do Sul. Como foi destacado, a explosão do comércio com a China está cristalizando a especialização comercial entre, por um lado, países produtores de commodities e de recursos energéticos e, por outro, o produtor de manufaturas, nesse caso a própria China. Dessa maneira, o Consenso do Pacífico tem implicações diferenciadas em países com níveis de desenvolvimento diferentes. Trata-se de uma bifurcação dos impactos, que apresentará suas contradições à medida que essa particular relação norte-sul aprofunde-se (VADELL, 2011).

Em primeiro lugar, para os países que não possuem um parque industrial importante ou não experimentaram um processo de industrialização na sua trajetória de desenvolvimento, não haverá um impacto negativo no curto prazo; muito pelo contrário, a parceria com a China está em seu ponto mais elevado. Os casos de Chile e do Peru são o exemplo mais destacado. Não obstante, o futuro desses países estará determinado pela nova relação norte-sul, uma típica relação centro-periferia na qual prima o aspecto funcional das economias subdesenvolvidas no mercado mundial baseadas na especialização, na produção de commodities e de recursos naturais. Nesse cenário, a China tem um peso cada vez mais proeminente nessa dinâmica comercial em processo de consolidação. A relação que o Chile e o Peru têm atualmente com a China parece ser uma lua de mel que começou nos alvares do século XXI e que parece não ter fim, superando, em grande medida, os impactos negativos da crise financeira global de 2008 (VADELL, 2011).

Em segundo lugar, a outra face da moeda são os países como a Argentina e o Brasil, os países economicamente maiores da sub-região, que têm um setor industrial considerável e, além disso, certa responsabilidade na condução e liderança dos processos de integração regional na América do Sul. Para eles, a realidade tornar-se-á mais complexa. No Mercosul, por exemplo, os produtos industrializados oriundos da China ameaçam o setor industrial da Argentina e, ao mesmo tempo, ameaçam a indústria brasileira, que perde mercado no país vizinho, criando atritos entre ambos os parceiros regionais. A título de ilustração, vale a pena lembrar um recente episódio envolvendo negociações comerciais entre a Argentina e o Brasil justamente para tentar equacionar esse problema. Em 2010, as duas maiores economias da região deram o pontapé inicial para levar adiante uma iniciativa de integração das cadeias de produção e uma política comercial e de proteção industrial comum em relação à China, com uma intenção de promover produtos brasileiros e argentinos também de maneira conjunta (VADELL, 2011).

Esse acontecimento mostra, em grande medida, a preocupação dos setores industriais de ambos os países frente à impossibilidade de competir com os produtos chineses. Embora o comércio com a China seja uma nova opção para os países do sul, o Consenso do Pacífico apresenta impactos diferenciados na sub-região e desdobramentos geopolíticos da maior importância e complexidade para a integração sul-americana. Como foi destacado, trata-se de uma relação fundamentalmente, mas não exclusivamente, econômica, na qual a China precisa de estabilidade política regional e de bom relacionamento com os EUA; o vínculo comercial crescente está baseado, sobretudo, em uma relação de complementaridade com perigo de cristalizar-se em uma especialização estilo centro-periferia; e no âmbito dessa relação, a China está implementando, em vários casos, programas de ajuda e de cooperação – além dos investimentos em infraestrutura que foram citados -, não impondo condicionalidades políticas específicas de curto prazo. Esse conjunto de políticas conforma o padrão de relacionamento que denominamos de Consenso do Pacífico e que se apresenta como uma variável de extrema relevância para compreender os futuros desdobramentos do processo de integração sul-americana. Uma das consequências mais destacadas talvez seja o reforço dos princípios do regionalismo aberto – modelo de integração regional dominante na década de 1990, concebida como um “cimento que favoreça uma economia internacional mais aberta e

transparente, em vez de converter-se em um obstáculo que o impeça, limitando, assim, as opções de alcance dos países da América Latina e no Caribe – na sub-região, o que, em grande medida, conflita com a estratégia de política externa brasileira implementada na última década e aprofundada, sobretudo, durante o governo Lula (VADELL, 2011).

### **3.3 A CHINA E A INDÚSTRIA BRASILEIRA**

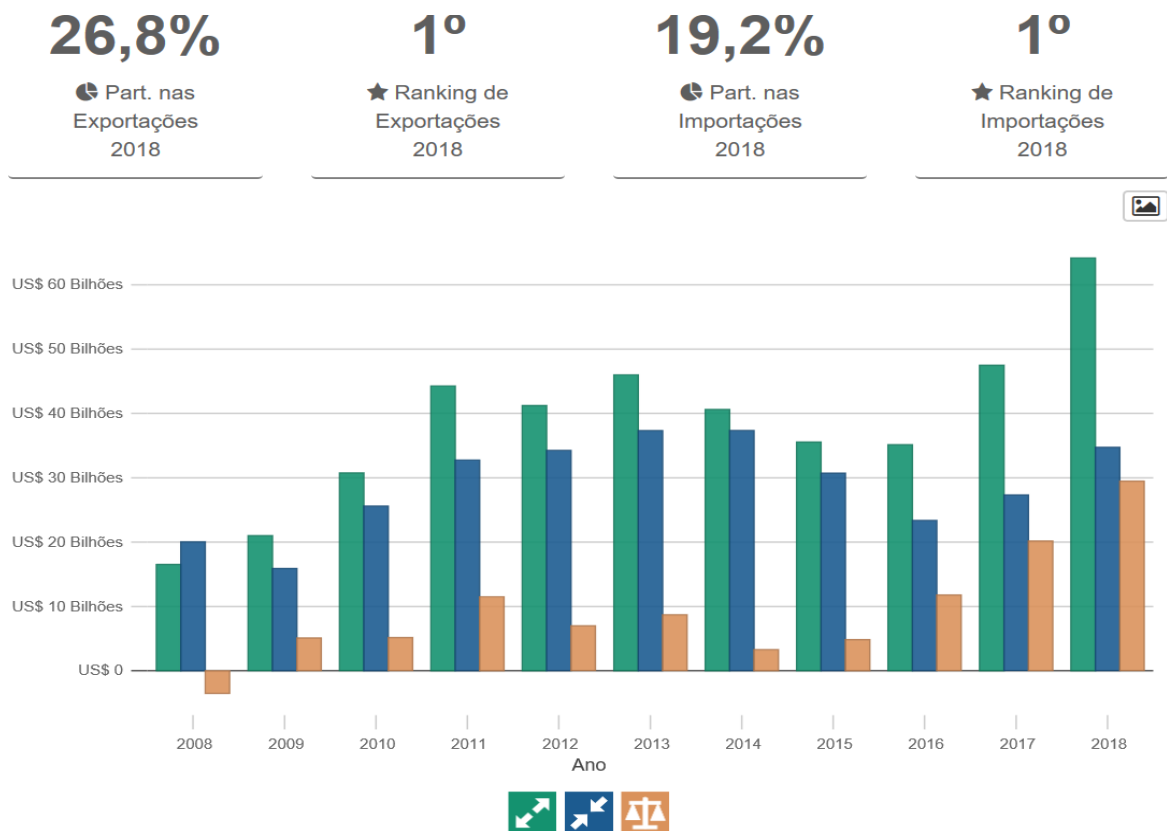
Assim como a grande maioria dos países da AL, até o início da década de 70, o Brasil pouco se relacionava com a China. Houveram algumas tentativas de aproximação na década de 60, com a visita oficial de João Goulart, então vice-presidente de Jânio Quadros, ao país asiático, mas foi apenas a partir do reconhecimento diplomático da China pelo Brasil, em 1974, que as relações bilaterais se intensificaram (CINTRA, 2013).

Hoje em dia, o Brasil ocupa uma posição dominante entre os parceiros comerciais da China na AL. Se em 2007, a China era o terceiro maior destino das exportações brasileiras, atrás dos EUA e Argentina, a partir de 2009 passou a ocupar o primeiro lugar, sendo que, em 2012, 17% do total exportado pelo Brasil foi para o país asiático: minério de ferro, soja e petróleo são as principais commodities exportadas para a China. E, pela primeira vez na história do país, em 2012 a China passou a ocupar o primeiro lugar no que tange à origem das importações brasileiras, deslocando os EUA para o segundo maior fornecedor de produtos para o Brasil. Em relação aos países da AL, o Brasil é o segundo maior consumidor dos produtos chineses, atrás apenas do México (CINTRA, 2013).

As exportações agrícolas brasileiras para a China são dominadas por grãos e óleos de soja. Em 2011, o Brasil exportou 22,1 bilhões de toneladas de produtos. Considerando que a China importou 52,4 bilhões de toneladas de produtos de soja nesse mesmo ano, o Brasil foi responsável por 41,9% do total de toneladas importadas pela China. Mas os chineses não estão satisfeitos apenas com a possibilidade de compra do produto brasileiro. Para eles, assegurar o abastecimento de soja para seu país é uma de suas prioridades. E nada mais garantido se eles próprios forem os

proprietários de terras produtivas. Em 2004, o então embaixador da China no Brasil, Jiang Yuande, comentou em uma entrevista sobre a visita do então Presidente Lula à China que o governo chinês incentiva investidores privados chineses a comprar terras no Brasil para plantar soja (CINTRA, 2013).

Gráfico 03 – Exportações, importações e balança comercial - China



Fonte: MDIC (2018). Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-pais>>. Acesso em: 15 maio 2019.

Com o passar dos anos, o aumento da presença de investidores externos no setor agrícola brasileiro e do interesse dos chineses na aquisição de grandes extensões de terras brasileiras para a produção de soja fez com que o governo brasileiro, em agosto de 2010, anunciasse a limitação da propriedade de terras por estrangeiros. Nesse sentido, os impasses em relação à possibilidade de aquisição de terras no país não são impeditivos para o estabelecimento de parcerias entre empresas chinesas e setores do agronegócio brasileiro. O Brasil tem assistido um

interesse crescente em realizar parcerias no setor do agronegócio como forma de garantir sua segurança alimentar. Em meados de 2012, o governo do Mato Grosso e o Banco de Desenvolvimento da China assinaram uma carta de intenções para o financiamento da ferrovia que ligará o Mato Grosso à Santarém, além de uma *joint venture* firmada entre a empresa de defensivos chinesa Chongqing Huapont Pharm. Co. Ltd. e o Consórcio Cooperativo Agropecuário Brasileiro, que reúne mais de 16 cooperativas de produtores de grãos localizadas em diversos Estados brasileiros (CINTRA, 2013).

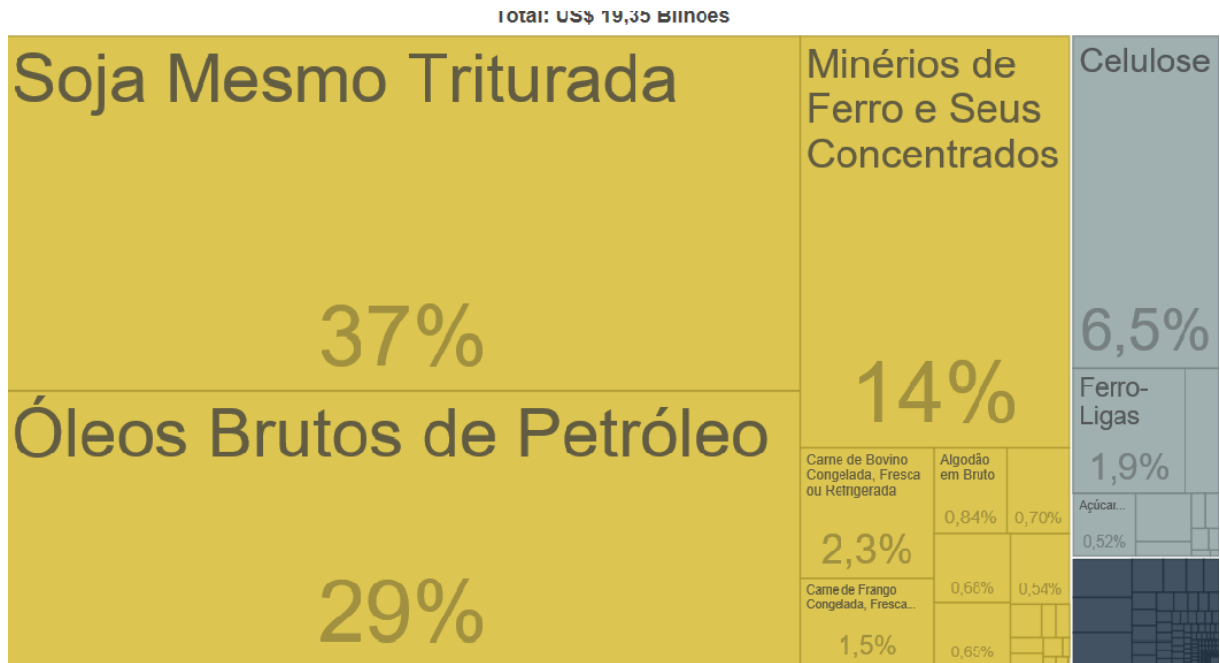
Quanto ao Petróleo, a China é o segundo maior consumidor e importador de petróleo do mundo e é desde 2009 o maior destino das exportações da Petrobrás depois dos EUA. Em julho de 2006, a Petrobrás assinou seu primeiro contrato de exportação com uma empresa chinesa, a Sinopec. Em 2011, a estatal brasileira vendeu U\$ 4,88 bilhões para a China, com alta de 802% em relação ao ano de 2005 (CINTRA, 2013).

Os custos de logística de transporte do petróleo brasileiro para a China são altos, mas à China interessa o produto brasileiro porque ele é um petróleo leve, mais fácil e barato de ser processado e, embora o volume exportado hoje pelo Brasil para o país asiático seja pequeno, existe a probabilidade de ele ser bem maior. Além disso, a Petrobras é considerada uma parceira confiável que opera em um país politicamente estável, ao contrário de alguns outros fornecedores de petróleo para a China. Com a descoberta do pré-sal, o interesse chinês pelo petróleo brasileiro e, mais especificamente pela Petrobras, aumentou. É de grande interesse da China aprender e absorver as tecnologias avançadas que a Petrobras tem nessa área (ELLIS, 2018).

Em relação à commodity minério de ferro, a China é hoje o maior fabricante de aço do mundo, responsável por quase metade da produção global. Isso acabou por transformar a exportação de minério de ferro para esse país uma das mais importantes. Para os governantes chineses é estratégico ter uma indústria siderúrgica forte para alimentar o alto ritmo anual de crescimento do país e suprir a demanda do movimento de urbanização, pelo qual milhões de chineses se mudam do campo para as cidades. O aço, cuja principal matéria-prima é o minério de ferro, é a principal sustentação desse processo, utilizados na construção, em obras de infraestrutura e na fabricação de bens de consumo duráveis, como carros e eletrodomésticos. A China

é a principal cliente da empresa Vale S/A, maior produtora de minério de ferro do mundo (CINTRA, 2013).

Gráfico 04 – Visão geral dos produtos exportados - China



Fonte: MDIC (2018). Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-pais>>. Acesso em: 15 maio 2019.

Por fim, a evolução das evoluções comerciais entre Brasil e China, a partir dos anos 2000, tem apresentado crescimento superior à elevação do comércio entre o Brasil e o mundo, gerando o aumento da participação das exportações e das importações brasileiras para a China. Entre 2002 e 2011, as exportações do Brasil para a China elevaram-se de US\$ 2,5 bilhões para US\$ 44,5 bilhões, ao passo que as importações brasileiras da China cresceram de US\$ 1,5 para US\$ 32,8, sendo o saldo positivo para o Brasil em sete dos dez anos considerados (CINTRA, 2013).



#### 4 A PRESENÇA MILITAR DA CHINA NA AMÉRICA DO SUL

Ao analisar as relações da China com a América do Sul, a maioria dos observadores tende a prestar pouca atenção às dimensões militares e de defesa do relacionamento, enfocando, principalmente, assuntos econômicos. Uma análise de publicações oficiais e acadêmicas sobre o envolvimento da China com a América do Sul revela a mínima atenção dada ao aspecto militar do fenômeno (HORTA, 2011).

Muitos apontam o baixo volumes de vendas de armas à América do Sul como um indicador claro da posição insignificante da China na região. No entanto, o comércio de armas não é o único caminho disponível para o estabelecimento de influência militar no exterior. A educação militar e de defesa, visitas oficiais de militares e de funcionários de defesa de vários níveis, participação em exercícios conjuntos, missões da ONU, exposições de aviões e prestação de serviços militares e não militares são meios utilizados pelos chineses para ampliarem cada vez mais a sua presença na América do Sul. Até recentemente, as relações de defesa da China com a América do Sul eram esporádicas, envolvendo pouco mais que algumas visitas oficiais depois de longos intervalos e um volume ainda menor de vendas de equipamentos. Contudo, desde 2000, a China emprega uma estratégia diplomática paciente e de amplo escopo em relação à América do Sul. A nova ofensiva sedutora do Exército de Libertação Popular (ELP) vem se consolidando de forma gradual, mas constante, numa posição segura. As iniciativas além da venda de armas permitem cada vez mais ao ELP criar uma base para a cooperação militar de longo prazo num futuro não muito distante (HORTA, 2011).

Existem dimensões políticas, econômicas e militares importantes para o comércio de armas de modo geral. Quero dizer, com isso, que a venda expressiva de armas tende a seguir ou ocorrer em paralelo a relações políticas e econômicas estreitas e favoráveis. Por exemplo, os principais compradores de armas dos EUA, como Israel, são aliados de Washington que possuem um relacionamento próximo e privilegiado. O mesmo se aplica aos membros da OTAN e aos aliados dos EUA na Ásia e Oriente Médio. As vendas de armas se dão em um cenário político e diplomático mais amplo. Existe um vínculo direto entre as grandes transferências de armas e a natureza das relações políticas e econômicas (HORTA, 2011).

Seguindo essa linha de raciocínio, é possível concluir que o volume de vendas de armas à América do Sul por parte da China provavelmente aumentará, conforme as relações políticas e econômicas entre elas evoluírem. A influência econômica e política crescente de Pequim na América do Sul pode preparar o terreno para vendas expressivas de armas chinesas e uma expansão ainda maior de sua influência militar. A nova e sofisticada diplomacia de defesa da China é uma das principais forças motrizes desse processo (HORTA, 2011).

O fato de as vendas de armas chinesas para o hemisfério sul serem relativamente baixas levou muitos observadores a subestimarem o papel delas na promoção de laços de defesa mais estreitos. Por exemplo, embora o volume de vendas de armas à Bolívia seja insignificante, esse não é o caso das doações de material bélico. Desde que o presidente Evo Morales assumiu o poder em 2006, a China forneceu às forças armadas bolivianas grandes quantidades de equipamentos militares e equipamentos não letais, como caminhões de transporte, jipes e equipamentos de engenharia e logística (HORTA, 2011).

Em 11 de setembro de 2007, a Bolívia aceitou a entrega de 43 caminhões de transporte fabricados na China para as forças armadas bolivianas. Um acordo de cooperação militar firmado pelo ministro da defesa boliviano durante uma visita à RPC, em agosto de 2006, concedeu às forças militares bolivianas US\$ 1,2 milhão de assistência em 2007 e US\$ 2 milhões em 2008. Ademais, a China forneceu às forças militares bolivianas equipamentos de combate, como artilharia de calibre médio, morteiros, metralhadoras pesadas e fuzis de assalto, e doou canhoneiras ribeirinhas de patrulha equipadas com canhões e metralhadoras de calibre leve (HORTA, 2011).

A China forneceu itens militares “não letais” a outros países latino-americanos. As forças armadas da Guiana já receberam uniformes, barracas, cozinhas de campanha, veículos e equipamentos de engenharia. A China ajudou a força de defesa guianense a construir instalações esportivas e recreativas para o pessoal da força de defesa e doou equipamentos de música e educativos (HORTA, 2011).

Um grande número de empresas e negócios vinculados ao ELP opera em todo o mundo, sendo um componente raramente reconhecido da diplomacia de defesa da China. A maioria dessas empresas pertence ao Departamento de Logística Geral. A China Northern Industries (Norinco) tem grandes investimentos na América Latina em

áreas como a construção e manutenção de estradas, pontes e usinas elétricas; companhias marítimas; e fábricas de automóveis no Brasil, Argentina, Colômbia, Peru e Equador. O China South Industries Group (CSIG) investiu em linhas de montagem de automóveis na Argentina e em fábricas de motocicletas e ônibus na Colômbia. As empresas logísticas chinesas lucram com o fornecimento de uniformes, botas, luvas, capacetes, reboques, materiais de construção, geladeiras e aparelhos de ar-condicionado para o setor privado (HORTA, 2011).

As principais agências navais da China também obtiveram contratos lucrativos. Em maio de 2006, a Venezuela assinou um contrato de US\$ 1,3 bilhão com as duas empresas de construção naval mais importantes da China para a fabricação de 18 navios petroleiros, com o intuito de reforçar as exportações. A Harbin Aircraft Manufacturing vendeu 10 aeronaves Y-12 de uso civil à Argentina, Cuba, Paraguai e Bolívia. Além disso, a indústria de helicópteros em franca expansão do país atende a interesses civis na Argentina, Peru, Equador, Bolívia e Caribe (HORTA, 2011).

Devido à diplomacia de defesa paciente e persistente da China, o ELP amplia cada vez mais os seus vínculos com a América Latina. Embora a presença militar chinesa nas Américas seja insignificante em comparação à dos Estados Unidos, a China vem despontando rapidamente como um ator militar numa região onde antes estava ausente. As forças militares chinesas desenvolveram com cuidado uma estratégia diplomática de defesa multidimensional e sofisticada, com a finalidade de criar um ambiente político para iniciativas mais ambiciosas no médio e longo prazo. Conforme argumentado anteriormente, as grandes vendas de armas tendem a ocorrer no contexto de um relacionamento político e econômico mais amplo e não de forma isolada. Servem como uma oportunidade tanto para a geração de lucro quanto para a consolidação de alianças políticas e diplomáticas (HORTA, 2011).

#### **4.1 A INSERÇÃO DE PRODUTOS DE DEFESA DA CHINA NA AMÉRICA DO SUL**

A China conduz suas relações de defesa com a América em um ambiente político e econômico que pode preparar terreno para grandes vendas de armas. Embora seja difícil obter informações referentes às vendas de armas chinesas a países com

regimes considerados hostis pelo Ocidente, as informações de fontes abertas e de outros meios analíticos indicam que as vendas de armas chinesas à América Latina vêm aumentando lenta, mas continuamente (HORTA, 2011).

Segundo o representante comercial para países de língua portuguesa da Empresa NORINCO, principal fabricante de produtos para a Força Terrestre do Exército Popular de Libertação (EPL), a Venezuela teria adquirido material de defesa da China, inclusive viaturas blindadas, como, por exemplo, a Viatura Blindada Anfíbia VN18 *Tracked Amphibious Infantry Fighting Vehicle*, confirmada pelo representante da NORINCO. Consta, ainda, em pesquisa realizada na internet, que a Venezuela possuiria helicópteros e aviões de treinamento adquiridos da China, provavelmente da empresa AVIC.

Interessante salientar que a Venezuela possui 05 (cinco) adidos militares acreditados na China, sendo 03 (três) Oficiais Gerais e 02 (dois) Coronéis, além de 02 (dois) Oficiais Adjuntos, perfazendo um total de 07 (sete) Oficiais, representando o maior efetivo militar sul-americano em Pequim. A Venezuela também possui militares realizando treinamentos e especializações na China em diversos níveis e áreas, caracterizando sólido intercâmbio bilateral.

China e Venezuela, provavelmente, possuem acordos na área científico-tecnológica, com destaque para o setor espacial. Em 2008, a RPC lançou o primeiro satélite venezuelano de telecomunicações, denominado VENESAT-1 ou “Simón Bolívar”. Em 2012, houve o lançamento do segundo satélite denominado Satélite de Sensoriamento Remoto Venezuelano (VRSS-1, sigla em inglês), ou “MIRANDA”, em homenagem ao líder Francisco de Miranda. Em 09 de outubro de 2017, a China lançou o terceiro satélite, denominado VRSS-2 (Satélite de Sensoriamento Remoto Venezuelano – 2). Segundo informações do Adido da Força Aérea da Venezuela na China, formado em engenharia aeronáutica e com experiência nesta área, a Venezuela teria contado com cerca de 30 (trinta) militares e/ou pesquisadores realizando estudos na RPC, em 2016, e possui em torno de 17 militares e/ou pesquisadores no corrente ano.

Foto 01 – Visita do presidente Hugo Chaves à China em 2005



Fonte: HORTA, Loro. A Influência Militar da China na América Latina. **Military Review**, Lisboa, P: 30-40, 10 jan 2011.

A Venezuela comprou 24 aeronaves da estatal chinesa Nanchang Aircraft Manufacturing Company e outras 10 da Harbin Aircraft Manufacturing Corporation. Segundo o jornal *Jane's Defence Weekly*, isso incluiu 24 aeronaves de treinamento básico e de ataque ao solo K-8 e dez aviões de transporte Y-12, do tipo bimotor turboélice, decolagem e pouso em pista curta e uso geral. As empresas chinesas venderam pontes, pontes flutuantes, escavadeiras e cozinhas de campanha às forças armadas deste país (HORTA, 2011).

China e Bolívia, provavelmente, possuem acordos na área científico-tecnológica e de defesa. Em 2013, a China lançou o primeiro satélite boliviano, satélite de telecomunicações, denominado TKSAT-1 ou "TUPAC KATARI". Na área de defesa, a Bolívia teria comprado simuladores de vôo, aviões de treinamento e helicópteros da China. Do que se pode verificar, as vendas de produtos de defesa da China para a Bolívia estariam concentradas no setor aeronáutico. A China também estaria promovendo programas de treinamento e capacitação para militares bolivianos em diversas áreas e níveis.

Em outubro de 2007, a força aérea boliviana recebeu duas aeronaves MA60 fabricadas na China, depois de obter uma linha de crédito de US\$ 35 milhões de Pequim.<sup>15</sup> Ao oferecer condições de pagamento generosas, as indústrias de defesa da China esperam acostumar, gradualmente, as forças militares locais aos seus produtos e formar uma clientela latino-americana fiel. Essa estratégia parece funcionar na Bolívia. A força aérea boliviana cogita substituir as suas antigas aeronaves A-7 por caças J-7, o equivalente chinês do *MiG-21* russo (HORTA, 2011).

Foto 02 – Aeronave chinesa MA60 adquiridas pela Bolívia



Fonte: Wikipedia. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Xian\\_MA60](https://pt.wikipedia.org/wiki/Xian_MA60)>. Acesso em: 13 jul 19.

Segundo o embaixador do Peru na China, em 2016, Peru e China teriam assinado diversos acordos, inclusive na área científico-tecnológica. O Peru teria optado por ampliar sua agenda bilateral com a China, pois é o país que conta com a maior comunidade de imigrantes chineses vivendo na América do Sul e visualiza a aproximação com a China como oportunidade para potencializar seu desenvolvimento. Segundo palavras do Embaixador, o país passou a privilegiar a sua geografia voltada para produzir energia e dessalinização de água do mar, viabilizando a exploração e o beneficiamento de minerais em região desértica, próxima da costa pacífica peruana, e o aumento do intercâmbio com a China na área de ensino.

Segundo pesquisa na rede mundial de computadores e informações do

representante comercial para países de língua portuguesa da Empresa NORINCO, o Peru teria adquirido, ao longo dos últimos 3-4 anos, mísseis portáteis terra-ar, lançadores de foguetes múltiplos do tipo AR3 MRLS e, provavelmente, outros materiais de artilharia. O Adido de Defesa e do Exército do Peru na China tem mantido contato e presença constante nos eventos da empresa NORINCO.

Durante o governo do Presidente Augusto Fujimori nos anos noventa, o Peru adquiriu armas chinesas por meio de decretos presidenciais secretos fora do controle do parlamento peruano. O Peru comprou armas por meio de empresas privadas chinesas e de indivíduos que atuaram como intermediários, para evitar qualquer envolvimento incriminador do governo. Um inquérito do senado peruano constatou que seis empresas chinesas venderam o equivalente a cerca de US\$ 148 milhões em equipamentos militares para o regime de Fujimori entre 1990 e 2000. As vendas incluíram seis aeronaves de transporte Y-12, artilharia, equipamentos de transporte, munição e peças sobressalentes (HORTA, 2011).

A queda do regime de Fujimori em 2003 diminuiu as vendas militares chinesas, mas a China continuou a fornecer peças sobressalentes ao Peru e a prestar serviços de reparo e manutenção de equipamentos fabricados na China. A China continua a ser um importante fornecedor de artigos não letais como uniformes e equipamentos de logística, e as empresas ligadas ao ELP atuam em diversos setores da economia peruana (HORTA, 2011).

Foto 03 – Aeronave chinesa Y 12 adquiridas pelo Peru



Fonte: Wikipedia. Disponível em: < <https://www.aereo.jor.br/tag/peru/> >. Acesso em: 13 jul 19.

Argentina e China possuem acordo na área de produtos de defesa assinado em 2015, durante o governo da Presidente Cristina Kirshner, porém, não efetivado/implementado pelo Governo do Presidente Mauricio Macri, por motivos orçamentários. Trata-se de um projeto de Viatura Blindada, mas não sabe se seria 6x6 ou 8x8, ou, ainda, sobre lagartas. Segundo representante da NORINCO, sua empresa não teria realizado vendas de equipamento militar e, segundo o Adido da Força Aérea da Argentina na China, a Argentina não adquiriu equipamentos da China, somente uniformes fabricados pela NORINCO.

Em 2014, a Argentina autorizou a construção de uma base chinesa de controle e acompanhamento de satélites e veículos espaciais em seu território, com investimentos estimados em US\$ 300 milhões. No final de 2015, o governo argentino assinou acordo para a construção de duas novas usinas nucleares com tecnologia e financiamento chineses, estimados em US\$ 15 bilhões. A eleição de Mauricio Macri à presidência da Argentina colocou um freio forte em muitos acordos firmados com a China. A sinalização do novo governo é de um alinhamento mais forte com o Ocidente em questões geopolíticas e militares e a tendência é de um esfriamento das relações com os chineses (KATSANOS, 2015).

A Força Aérea Uruguaia talvez substitua sua frota de antigas aeronaves A-7 por J-7 também, adquirindo-as por meio de empréstimos ou pelo perdão da dívida externa do Uruguai pela China. O Equador comprou artilharia antiaérea, metralhadoras pesadas e pontes militares da China, e a Guiana comprou uma única aeronave Y-12 para sua pequena força aérea e barcos de patrulha para reforçar os seus modestos meios navais (HORTA, 2011).

O Equador, que havia parado temporariamente de comprar os sistemas chineses após uma disputa sobre o desempenho dos radares JYL-2, que comprou da empresa NORINCO, iniciou uma nova rodada de compras de equipamentos chineses em 2016, incluindo metralhadoras e embarcações de patrulha. Somente em 2016, os militares uruguaios receberam equipamentos de construção militar chinesas e manifestaram interesse em adquirir caças L-15 e helicópteros K-9. A Colômbia também recebeu aviões chineses de transporte militar (ELLIS, 2017).

De acordo com o SIPRI (Instituto Internacional de Pesquisa de Paz de Estocolmo), as vendas anuais de materiais de defesa da China na América do Sul que



eram muito pequenas em 2000, atingiram uma média de US\$ 150 milhões por ano e apresentam tendência de alta (KATSANOS, 2015).

Por fim, na última década, as vendas militares chinesas para a América do Sul se expandiram de roupas e equipamentos não letais para um conjunto de plataformas cada vez mais amplo e sofisticado. Essas vendas apoiam o desenvolvimento de relações fortes de defesa com os países da região pelo ELP, ajudando seus países a testar esses equipamentos e a melhorar sua qualidade, manutenção e suporte logístico sob as diferentes condições em que são implantados na região, ajudando a China a desenvolver sistemas melhores e mais confiáveis (ELLIS, 2017).

## **4.2 A INSERÇÃO DE PRODUTOS DE DEFESA DA CHINA NO BRASIL**

Da confrontação entre um artigo que trata do Livro Branco de Defesa da China e da mensagem presidencial brasileira introdutória ao documento congênere nacional, percebe-se claramente diferenças grandes de foco nos dois livros. Enquanto o brasileiro está endereçado, primordialmente, para o plano interno, o chinês volta-se para o ambiente externo (ALMEIDA, 2014).

É com satisfação que meu Governo apresenta à sociedade brasileira o Livro Branco de Defesa Nacional, marco de transparência nos assuntos de defesa, por meio do qual nossas cidadãs e nossos cidadãos poderão conhecer as ações do Estado nessa área, bem como os desafios do País para aprimorar sua Defesa nas próximas décadas (BRASIL, 2012d, p. 07).

Uma das principais metas do lançamento do Livro Branco é aumentar a confiança recíproca entre a China e outras nações e satisfazer as dúvidas do mundo sobre as políticas nacionais. Esta medida revela que o exército chinês é de confiança e está disposto a cooperar (XU, 2013, p. 1).

No Brasil, tenta-se justificar os gastos atuais e futuros com a área de defesa, apontando-se os benefícios de se investir nesse campo. Na China, ao contrário, não se justificam os gastos, mas procura-se mostrar ao seu entorno estratégico, de modo

especial, o Sudeste Asiático, mas também a todo o mundo, o atual estágio de desenvolvimento militar desse país (SIQUEIRA, 2009).

A despeito dessas diferenças, interesses políticos e econômicos comuns têm aproximado os dois países na área de defesa, conforme se verá a seguir (ALMEIDA, 2014).

Abaixo, alguns exemplos de interação entre Brasil e China no campo da defesa, nos últimos cinco anos (POLTRONIERI, 2010, p. 02-03):

- acordos para a formação de 50 pilotos chineses na Marinha do Brasil, de modo especial para o pouso e a decolagem em porta-aviões (2009);
- entendimentos para intercâmbio de oficiais ligados ao comando e controle, missões de paz e no setor de ciência e tecnologia (2009);
- visita do Ministro da Defesa Chinês ao Brasil, com maior aproximação entre as áreas de defesa dos dois países (2010); e
- manifestação de interesse chinês nas seguintes áreas da Defesa brasileira: execução de salto-livre operacional a grande altitude, formação de pilotos, língua portuguesa, controle aeronáutico e segurança da aviação, dentre outros (2011).

De modo especial, há que se adentrar com maior atenção o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Cooperação em Matéria de Defesa, firmado em 2011. Particularmente, quanto às áreas de cooperação, nota-se a grande amplitude de possibilidades (ALMEIDA, 2014).

As Partes cooperarão orientadas pelos princípios de igualdade, reciprocidade e interesse comum, respeitando as respectivas legislações nacionais, regulamentos e obrigações internacionais assumidas. As Partes poderão cooperar nas seguintes áreas:

- a) intercâmbio de experiências e cooperação em produtos e serviços de defesa e sua respectiva gestão, pesquisa, aquisição, utilização e manutenção;
- b) intercâmbio de experiências em operações militares, incluindo as operações de manutenção da paz das Nações Unidas;
- c) intercâmbio de conhecimentos e experiências na área de tecnologia de defesa;
- d) instrução e treinamento militar, exercícios militares conjuntos, assim como o intercâmbio de informações relacionadas a esses assuntos;
- e) medicina militar;

- f) assistência humanitária;
- g) segurança em eventos importantes, bem como a troca de informações relativas a esse tema;
- h) outras áreas de defesa que possam ser de interesse mútuo (BRASIL,2011b).

Dentre as formas de cooperação contempladas no acordo, destaca-se: “participação conjunta em pesquisa e desenvolvimento de programas de aplicação de tecnologia de defesa” (ALMEIDA, 2014).

A China e o Brasil vêm intensificando seus laços militares e de defesa e lançaram satélites desenvolvidos em conjunto, com a RPC financiando 70% dos custos. Por meio da cooperação com a RPC, o Brasil talvez adquira a tecnologia de foguetes em troca de sua avançada tecnologia óptica digital. As tecnologias de foguetes da China capacitam o programa espacial do Brasil a ser autossuficiente e avançar seu programa secreto (HORTA, 2011).

No Brasil, os chineses têm um longo relacionamento bem-sucedido com o INPE em programas de satélites de monitoramento ambiental. Uma empresa chinesa venceu a licitação para a reconstrução da base da Marinha do Brasil no Continente Antártico. Outras empresas tiveram participação importante na concorrência do programa SISGAAZ da Marinha do Brasil. (KATSANOS, 2015).

Por fim, conclui-se que a presença de produtos de defesa da China no Brasil ainda é muito incipiente, limitando-se a alguns programas de cooperação e programas de satélites.

## 5 A INDÚSTRIA NACIONAL DE DEFESA BRASILEIRA

### 5.1 HISTÓRICO

No que concerne ao percurso da Indústria de Defesa no Brasil, deve-se considerar uma abordagem mais recente, delimitada, inicialmente, pelas décadas de 1970/1980, quando os PRODE brasileiros passaram a pesar, consideravelmente, na balança comercial do país. Entretanto, há autores que admitem o período da Segunda Grande Guerra como o marco inicial do desenvolvimento da indústria de PRODE no Brasil (BARBOSA, 2015).

Pode-se pensar em fabricação de material militar, a partir da decisão do governo brasileiro de enviar uma Força Expedicionária Brasileira (FEB), quando do transcurso da Segunda Guerra Mundial, a partir de 1942. Tal fato se deveu, à época, da total escassez de recursos tecnológicos e da falta de capacitação do operariado no Brasil. (LEITE, 2014, p. 20).

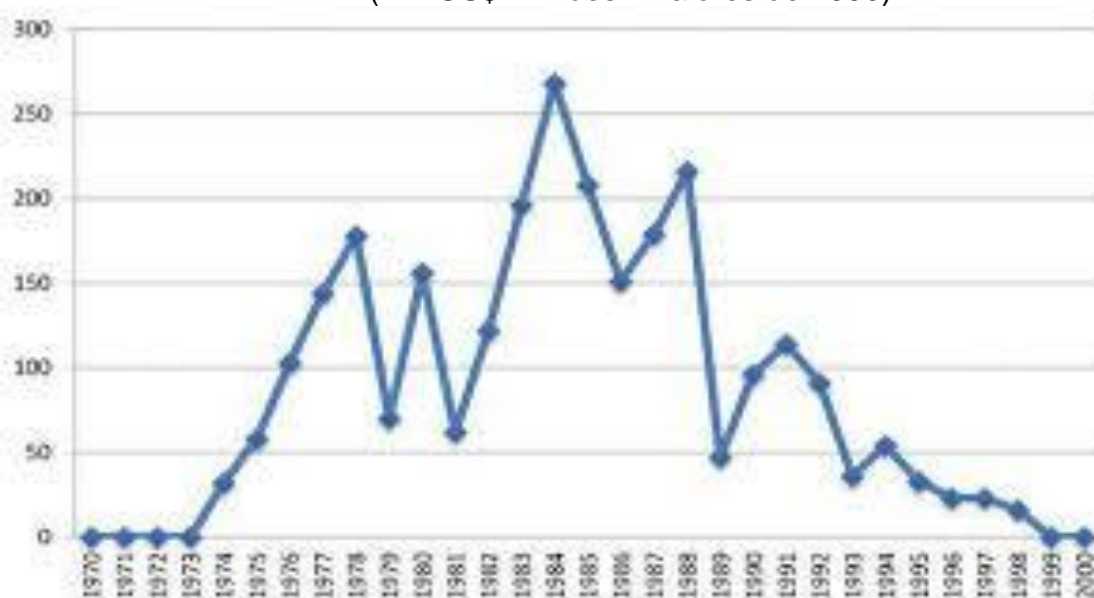
Essa deficiência diminuiu em decorrência de acordos celebrados entre o Governo Brasileiro e Estadunidense, os quais passaram a fomentar a Indústria Nacional de Material Bélico. Na prática, os EUA transferiram tecnologia e mão-de-obra especializada para o Brasil. Além do que, o governo do Brasil passou a incentivar a Indústria de Defesa, por meio de investimentos no setor (BARBOSA, 2015).

Assim, a partir de 1964, o governo passa a desenvolver iniciativas direta ou indiretamente voltadas à criação de um complexo industrial de defesa no país. Tendo em vista o potencial industrial previamente desenvolvido e a formação de quadros técnicos especializados nas décadas anteriores, os incentivos à BID durante o regime militar a fariam crescer de maneira acelerada durante o período; crescimento este que possibilitou que o Brasil, país que praticamente não exportava material de defesa em 1970, se tornasse o quinto maior exportador do mundo no setor apenas uma década depois, conforme se observa no gráfico 5 (ANDRADE, 2013).

Fruto dessa diversificação da Indústria de Defesa, do investimento em atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D), da alocação de recursos, da

participação de empresários vocacionados à atividade fabril de produtos de defesa e da integração de civis e militares surgiu, na década de 80, a Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL). Também foram criadas outras empresas de renome internacional como a Indústria Aeroespacial S/A (AVIBRÁS) – sistemas de armas; a Engenheiros Especializados S/A (ENGESA) – veículos blindados; e a Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A (EMBRAER) – aeronaves. Tal momento permitiu ao país estabelecer considerável estágio de independência tecnológica (LEITE, 2014, p. 22).

Gráfico 05– Exportações Brasileiras de armamentos (1970-2000)  
(Em US\$ milhões – valores de 1990)



Fonte: SIPRI Arms Transfers. Disponível em: < <http://goo.gl/HBbMAv> >. Acesso em 16 mar 2019.

Salienta-se que nos anos de 1970 e 1980, a Indústria de Defesa teve respeitável evolução, em virtude de passar a contar com vultoso capital privado – empresas privada ou mista. Muitas dessas instituições estavam ligadas ao segmento da indústria de transformação como a Metalurgia, a Siderurgia, a de Eletrônica, a de Telecomunicações, dentre outras. Essa característica, muito provavelmente, foi uma das causas do crescimento da indústria nacional (BARBOSA, 2015).

Outro fator que colaborou para essa impulsão foi o momento econômico pelo qual o país passou, registrado como o “Milagre Econômico Brasileiro”. Tal situação permitiu que substancial aporte financeiro fosse investido no desenvolvimento de PRODE, visando atender, inicialmente, às Forças Armadas Brasileiras, e, ainda, à demanda internacional (BARBOSA, 2015).

Quadro 03 – Principais Produtos de Defesa brasileiros 1980/1990

EMPRESA	PRODUTOS
ENGESA	EE-11 (URUTU), EE-9 (CASCAVEL), EE-17 (SUCURI), EE-3 (JARARACA), <i>EE-T1 (OSÓRIO)*</i>
EMBRAER	XAVANTE, BANDEIRANTE, XINGU, TUCANO, BRASÍLIA, AM-X, <i>VECTOR*</i>
AVIBRAS	SBAT-70, ASTROS II (SS30, SS40, SS60), Bombas de Fragmentação
AMRJ	Fragatas (Classe Niterói), Corvetas e Submarinos Convencionais, da classe Tamoio.

Fonte: LANGE, 2007b \* Protótipos

Nesse contexto surgiram outras empresas ligadas à Produção de Material Militar, diminuindo, assim, a necessidade de importação e a dependência tecnológica. Destacam-se: HELIBRÁS, BERNARDINI, DF VASCONCELOS, CBC, BRITANITE, MOTOPEÇAS e outras fábricas dotadas de vasta quantidade de recursos técnicos e intelectuais, muitos desses autóctones (BARBOSA, 2015).

A partir dos anos 90, as Indústrias de Produtos de Defesa do Brasil passaram a perder prestígio, em virtude da concorrência internacional. Não compensava mais para os investidores nacionais manter a produção interna, uma vez que a aquisição de um mesmo produto passou a ter um custo menor se comparada à compra de similar nacional (BARBOSA, 2015).

A esse panorama adiciona-se também uma crise econômica interna, a qual o Brasil passou a conviver, a partir do final dos anos 80. Como uma das graves consequências, esvaziou-se a Base Industrial de Defesa (BID) brasileira. A área mais afetada foi a de P&D, uma vez que a redução de investimentos desestimulou cientistas e pesquisadores. Determinou, ainda, a paralização, e, em muitos casos, a extinção de importantes projetos que, naquele momento, encabeçavam a indústria de PRODE (BARBOSA, 2015).

Outro fator negativo que contribuiu para o desmantelamento da indústria nacional foi a tímida projeção política do Brasil no cenário mundial. Tem-se que o peso político do país condiciona poder nas relações e nas negociações externas. Quando de uma concorrência internacional para a aquisição de blindados, o OSÓRIO, carro de combate fabricado pela ENGESA, considerados por engenheiros como um dos melhores veículos blindados da época e provável marca de sucesso da empresa, perdeu a concorrência para um similar norte-americano, por imposições, ingerências e manobras comerciais dos EUA (BARBOSA, 2015).

## 5.2 PANORAMA ATUAL

Nos últimos anos, os países emergentes aumentaram sua importância relativa no mundo. Países como Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS), são cada vez mais globalmente relevantes em relação à economia, enquanto diversos países desenvolvidos ainda sofrem os efeitos das últimas crises. Esse ganho de relevância, aliado às transformações econômicas e sociais pelas quais o Brasil vem passando, que o conduzem, pelo menos, a um protagonismo regional, traz uma reflexão sobre o papel da Defesa Nacional (FILHO, 2013).

Conforme define a Política Nacional de Defesa (PND) 2012, “Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase no campo militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas” (FILHO, 2013).

Estudos mostram que há uma correlação entre o Produto Interno Bruto (PIB) e o gasto militar. Em outras palavras, o crescimento econômico traz consigo uma preocupação em dispor de meios que permitam assegurar a defesa dos interesses nacionais. O gasto militar faz parte do conjunto de instrumentos de um Estado forte (FILHO, 2013).

Diferentemente da lógica de outros setores, definidos pela oferta de produtos, o setor de defesa é definido por sua demanda. O setor automotivo, por exemplo, é definido pelo produto que vende. O setor de defesa, ao contrário, ainda que inclua empresas com produtos exclusivos, é assim caracterizado pelo fato de os principais

clientes serem as Forças Armadas. Exemplificando, se uma empresa fabrica produtos de interesse das Forças Armadas, mesmo que eles também tenham uso civil, pode-se considerá-la uma empresa de defesa. Essa característica de ter os produtos consumidos por tipos diferentes de usuários traz um desafio à construção de trabalhos sobre a indústria, visto que a caracterização da oferta é desafiadora por natureza, encontrada de forma pulverizada por vários segmentos industriais e de serviços (FILHO, 2013).

Diante do exposto acima, pode-se conceituar Produto de Defesa (PRODE) como “todo bem, serviço, obra ou informação, inclusive armamentos, munições, meios de transporte e de comunicações, fardamentos e materiais de uso individual e coletivo utilizados nas atividades finalísticas de defesa, com exceção daqueles de uso administrativo. Do mesmo modo, Produto Estratégico de Defesa (PED) é todo PRODE que, pelo conteúdo tecnológico, pela dificuldade de obtenção ou pela imprescindibilidade, seja de interesse estratégico para a defesa nacional (Lei 12.598, 2012).

Esses produtos têm como característica serem um conjunto amplo e heterogêneo, incluindo diversas categorias de equipamentos militares, são definidos pela demanda e não pelas características técnicas, possuem elevado conteúdo tecnológico e de inovação (Estado da Arte), a demanda é determinada por questões estratégicas e geopolíticas, sendo o Estado o principal comprador, as exportações são antecedidas pela encomenda doméstica mais o apoio governamental e as importações sofrem restrições à comercialização por existirem tecnologias sensíveis de países (FERREIRA, 2012).

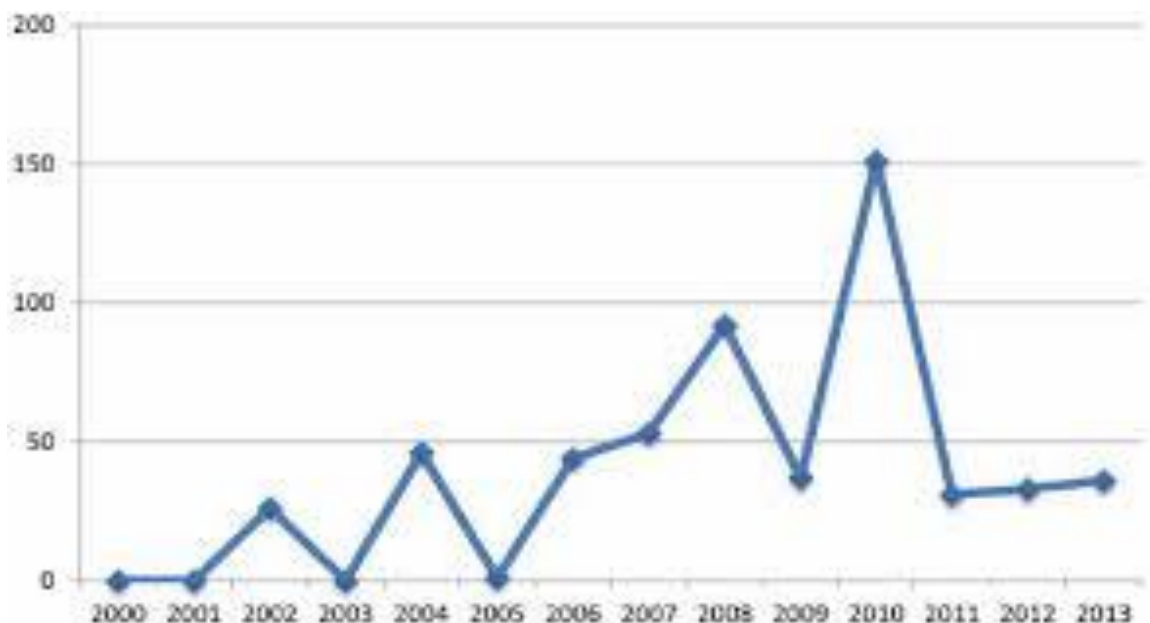
Após o panorama conceitual, pode-se afirmar que a situação da Indústria Nacional de Defesa apresentou relativa melhora na última década, com indícios de expansão das empresas atuando na área e um início de retomada das exportações. Nesse período também surgiram novas iniciativas governamentais visando beneficiar a Base Industrial de Defesa (BID) (ANDRADE, 2014).

Tal melhora, nos anos 2000, pode ser evidenciada pelo aumento nas exportações de equipamentos militares brasileiros, observável no gráfico 07. Nesse período, os produtos brasileiros comercializados no mercado externo “beneficiaram-se do crescimento dos gastos militares de vários países na década de 2000. No entanto, vale mencionar que os valores exportados ainda são menos expressivos que



aqueles dos anos 1980, que foi o auge da Indústria Nacional de Defesa, conforme o gráfico 3 descrito anteriormente. (ANDRADE, 2014).

Gráfico 06 – Exportações Brasileiras de armamentos (2000-2013)  
(Em US\$ milhões – valores de 1990)



Fonte: SIPRI Arms Transfers Database. Disponível em: <<http://www.sipri.org/databases/armstr>>. Acesso em: 16 mar 2019.

A composição da pauta de exportações é dominada pela venda de aeronaves, sendo que a empresa com maior participação no mercado externo de defesa é a Embraer, com destaque para o avião Super Tucano e o KC-390. Além da Embraer, outras empresas que realizaram contratos externos de fornecimento de produtos militares no período 2000-2013 foram a Mectron, com a venda de mísseis e a Avibrás, vendendo veículos, sistemas Astros II e radares (ANDRADE, 2014).

Os principais compradores de bens de defesa brasileiros entre os anos de 2000-2013 foram a Colômbia, Equador e Chile, totalizando cerca de 48% das exportações do setor. Conforme dados do Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), observa-se a predominância do setor de aeronaves sobre os demais na pauta de exportações, conforme parágrafo anterior. Nesse período, a venda de aeronaves representou 81,3% das exportações de produtos militares brasileiros (ANDRADE, 2014).

Ademais, o aumento das vendas externas indica, assim, condições mais favoráveis ao setor industrial de defesa no país. Contudo, não refletem a totalidade das empresas e atividades da BID (ANDRADE, 2014).

A Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (ABIMDE) é uma das poucas entidades com acesso mais amplo aos dados do setor industrial na área de defesa no Brasil. A apresentação divulgou, no seu Anuário 2018 que a BID é responsável por mais de 60.000 empregos diretos e outros 240.000 empregos indiretos, sendo que a mão-de-obra é extremamente qualificada. Essas indústrias também são responsáveis por 4% do PIB do país e exportam mais de R\$ 4,7 bilhões. (ABIMDE, 2018).

Cabe ainda apontar que algumas das principais empresas de defesa atuais, conforme diagnóstico da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) são aquelas que se beneficiaram dos grandes projetos militares no período de auge da BID ainda na década de 80. Nesse sentido, o relatório da ABDI destaca empresas como Embraer, Avibras, Helibras e Emgepron, remanescentes daquele período, bem como companhias que se estabeleceram posteriormente, mas que acolheram projetos originados nos anos 1970 e 1980, como as empresas Mectron, Agrale e Atech (ABDI, 2012).

Destaca-se, também, que a atual estrutura da BID é razoavelmente diversificada, compreendendo diferentes segmentos. O Livro Branco de Defesa do Brasil, disponibilizado pelo Ministério da Defesa, enumera oito segmentos como sendo os mais importantes no contexto do setor de defesa brasileiro, sendo: armas leves, munições e explosivos, armas não letais, armas e munições pesadas, sistemas eletrônicos e sistemas de comando e controle, plataforma terrestre militar, plataforma aeroespacial militar, plataforma naval militar e propulsão nuclear (BRASIL, 2012).

Em síntese, podemos afirmar que a Indústria Nacional de Defesa Brasileira vem em um viés de alta no país, ao mesmo tempo que as exportações tiveram um pequeno aumento, mesmo ainda tendo inexpressiva relevância no cenário internacional. O governo brasileiro vem adotando medidas de forma a retomar a projeção que a BID possuía na década de 80 e início da década de 90, entretanto, é preciso superar os óbices que as Indústrias de Defesa ainda enfrentam no Brasil, a partir de alguns importantes pontos, como: incentivos econômicos, ciência, tecnologia, condições de

financiamento e estratégia governo a governo, de maneira que a demanda possa ser sempre rentável para a produção.

### **5.3 POLÍTICAS VOLTADAS PARA A DEFESA E ORÇAMENTO**

A política do Estado brasileiro para a Defesa Nacional é estabelecida por dois documentos principais: a PND e a END. A PND, aprovada pelo Decreto Presidencial 5.484, de 30 de junho de 2005, e revisada recentemente, em julho de 2012, por ocasião da submissão ao Congresso Nacional, tem como premissas os fundamentos, objetivos e princípios dispostos na Constituição Federal e encontra-se em consonância com as orientações governamentais e a política externa do país, alicerçada na busca de soluções pacíficas das controvérsias e no fortalecimento da paz e segurança internacionais (FILHO, 2013).

Em que pese sua importância econômica, os gastos do Brasil com defesa (nominais ou em percentual do PIB) estão aquém dos realizados pelos países-membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, ou mesmo dos realizados pelo conjunto de países emergentes com aspirações similares às brasileiras (BRIC) no que toca à política externa. Isso parece indicar que algum esforço deve ser feito para realizar uma atuação mais efetiva na área de defesa, sobretudo no reaparelhamento das Forças Armadas, visto que, do total de gastos com defesa, cerca de 75% referem-se a gastos com pessoal (FILHO, 2013).

É necessário considerar que, ao assumir papel mais relevante nos organismos multilaterais promotores e defensores da paz mundial, o Brasil deverá dispor de estrutura mínima, em relação a meios de defesa, a ser empregada em eventuais forças de coalizão com capacidade de projeção de poder para alcançar os objetivos de manutenção da paz. Isso exigirá investimentos do país no reaparelhamento de sua defesa (FILHO, 2013).

Apesar da postura pacifista do Estado brasileiro, a persistência de entraves à paz mundial, assim como a existência de grandes mananciais de recursos naturais (água doce, minerais, fontes de energia e biodiversidade) no território

nacional, exige a atenção do Estado com o reaparelhamento progressivo das Forças Armadas e sua atualização permanente, de modo a assegurar poder de dissuasão com credibilidade suficiente para coibir eventuais ameaças externas. O planejamento da Defesa Nacional prioriza a Amazônia e o Atlântico Sul, pela riqueza de recursos e pela vulnerabilidade de acesso pelas fronteiras terrestre e marítima (FILHO, 2013).

A END foi aprovada pelo decreto 6.703, de 18 de dezembro de 2008, e recentemente revisada, em julho de 2012, também por ocasião da submissão ao Congresso Nacional, para aprovação. Busca dotar o país de estrutura de defesa capaz de atender aos objetivos estratégicos traçados pela PND, contemplando ações de curto, médio e longo prazos em três vertentes principais: (i) reorganização das Forças Armadas; (ii) reestruturação da indústria nacional de defesa; e (iii) política de composição dos efetivos das Forças Armadas (FILHO, 2013).

Na vertente da reorganização das Forças Armadas, a END preconiza sua atuação de forma conjunta, sob a coordenação do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) (FILHO, 2013).

A END propõe que as Forças Armadas sejam organizadas sob a égide do trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença. Devem ser desenvolvidas as capacidades de monitorar e controlar o espaço aéreo, o território e as águas jurisdicionais brasileiras; assim como a mobilidade estratégica (capacidade de chegar rapidamente à região de conflito) e a mobilidade tática (capacidade de mover-se dentro dessa região), que, conjugadas, permitirão às Forças uma efetiva presença na região de conflito, quando necessário. A realização bem-sucedida de cada uma das partes desse trinômio requer o emprego de produtos industriais específicos. Para o monitoramento, por exemplo, são requeridos satélites, sensores, radares etc. Para a função de mobilidade, são necessários desde aviões até viaturas blindadas; e para a presença efetiva, armas, aviões de caça, submarinos, entre outros produtos. A demanda por produtos de defesa é, portanto, influenciada pela(s) capacidade(s) de que as Forças Armadas necessitam dispor (FILHO, 2013).

No campo da reorganização da indústria nacional de defesa, a END propõe o desenvolvimento de capacitações tecnológicas independentes pela indústria nacional de defesa, e que tais capacitações sejam empregadas nos produtos de defesa a serem utilizados pelas Forças Armadas brasileiras. Com isso, pretende-se que a

participação da indústria nacional nas compras de produtos de defesa para as Forças Armadas brasileiras aumente gradualmente, reduzindo-se a dependência com relação a fornecedores externos, o que aumentará a capacidade de dissuasão do país (FILHO, 2013).

No campo tecnológico, a END estabelece prioridade para o desenvolvimento autóctone dos setores nuclear, cibernético (TIC) e espacial, justamente aqueles nos quais o acesso a tecnologias sensíveis e componentes críticos tem dificultado o avanço dos programas nacionais, em especial o Programa Nuclear da Marinha e o Programa Nacional de Atividades Espaciais (FILHO, 2013).

Outro importante aspecto da END é o estabelecimento das necessidades de meios de defesa do país no longo prazo, possibilitando o planejamento de aquisições compatível com o aumento gradual da participação da indústria nacional nas compras de defesa. As Forças Armadas brasileiras elaboraram seus planos de reaparelhamento, consolidando-os no Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED), que quantifica as demandas quanto a meios indispensáveis à satisfação de suas necessidades operacionais, considerando o horizonte temporal de vinte anos. Existem também projetos cujos objetivos são comuns às três Forças, que serão administrados pelo próprio MD (FILHO, 2013).

Precisamente, no financiamento do reaparelhamento de defesa reside o principal desafio a ser enfrentado ao se fomentar o desenvolvimento da indústria nacional de defesa. Atualmente, o Orçamento Federal é dominado por ações de curto prazo, focando-se as discussões em torno da Lei de Orçamento Anual, ficando em segundo plano o planejamento e a continuidade de execução de programas de longo prazo, como são caracterizados os programas de defesa, além de outros de caráter estratégico para o país (FILHO, 2013).

No arcabouço normativo que rege o orçamento da União, o mecanismo existente para tentar obter maior previsibilidade na alocação de recursos para os investimentos em reaparelhamento seria estabelecer uma lei específica determinando a execução, pelo menos, de um subconjunto dos programas elencados no PAED, para os quais os investimentos necessários não estariam sujeitos a contingenciamento de recursos da União (FILHO, 2013).

Entre as principais medidas adotadas para o setor de defesa está a edição da Lei 12.598, de 22.3.2012. Essa lei estabelece benefícios nas compras públicas de

defesa em prol de empresas nacionais, em especial para um conjunto selecionado de empresas, classificadas como Empresas Estratégicas de Defesa (EED). De modo simplificado, as EEDs caracterizam-se pela alta capacitação tecnológica; pela capacidade de fornecer Produtos Estratégicos de Defesa (PED) às Forças Armadas brasileiras; e pelo controle de capital majoritariamente nacional (pelo menos 60% do controle efetivo) (FILHO, 2013).

De acordo com a Lei 12.598/2012, as EEDs farão jus a benefícios fiscais (isenção de Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI; Programa de Integração Social – PIS; e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins) nas compras internas e externas voltadas à fabricação de produtos de defesa. As EEDs gozarão também de tratamento especial nas licitações para desenvolvimento e fornecimento de PEDs para as Forças Armadas, que poderão ser restritas à participação de EEDs. No caso de importação de PEDs, a lei prevê que o MD poderá exigir que os fornecedores estrangeiros se associem a uma EED para a realização de pelo menos uma das etapas de desenvolvimento, fabricação, ou manutenção dos PEDs. No caso de formação de consórcios para o desenvolvimento de PEDs, a liderança caberá a uma EED (FILHO, 2013).

A Lei 12.598 menciona também que as EEDs terão acesso a financiamento para programas, projetos e ações relativos a bens e serviços de Defesa Nacional.

O fortalecimento da indústria nacional de defesa passa pelo crescimento das EEDs, que estão situadas na ponta superior da cadeia produtiva e que têm maior capacitação tecnológica, maior capacidade para desenvolver soluções para as Forças Armadas brasileiras e maior efeito multiplicador na geração de encomendas para o restante da cadeia produtiva (FILHO, 2013).

A Lei 12.598 foi regulamentada pelo Decreto 7.970, de 28.3.2013. De acordo com esse decreto, o credenciamento de produtos de defesa (Prode), PEDs e EEDs será responsabilidade do MD, com base em proposta a ser elaborada pela Comissão Mista da Indústria de Defesa (CMID) (FILHO, 2013).

A questão do orçamento de defesa abrange o Ministério da Defesa (MD) e as três Forças Armadas e discrimina três tipos de despesas: pessoal, custeio e investimento. A despesa com pessoal é a maior rubrica. No período de 2003 a 2012, representou 76,5% dos gastos totais. Com o aumento recente das despesas de investimento, a participação da despesa com pessoal vem diminuindo. Em 2012,

equivaleu a 71% do orçamento. As despesas com inativos e pensionistas representam a maior parcela dos gastos com pessoal. Em 2012, corresponderam a 61,7% desses gastos (FILHO, 2013).

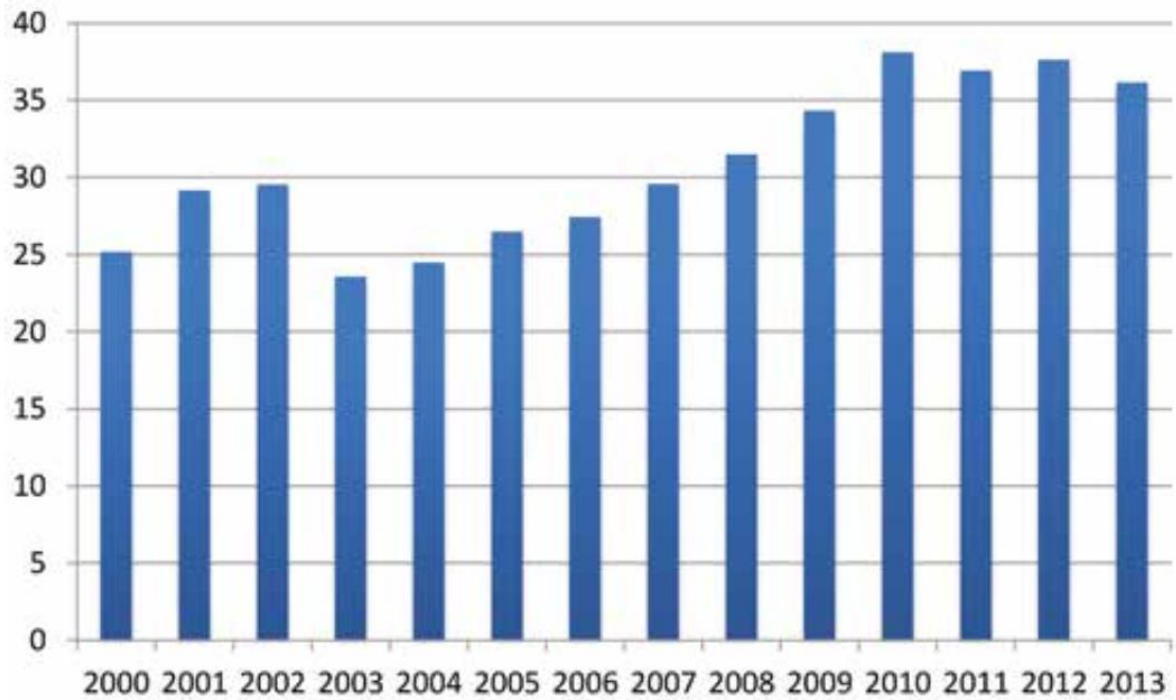
O custeio contempla as despesas tipicamente voltadas à manutenção da capacidade permanente de preparo da estrutura militar para pronto emprego: alimentação, fardamento, suprimento de combustíveis e lubrificantes, armamentos leves e suas munições, transporte, adestramento para uso dos meios etc. Em 2012, as despesas de custeio somaram R\$ 8,2 bilhões, cifra 72,3% maior do que a verificada em 2003. O crescimento do efetivo e o esforço de reaparelhamento das forças armadas contribuíram com o resultado (FILHO, 2013).

Os investimentos referem-se à aquisição dos meios e recursos destinados à adequação e ao aparelhamento das Forças Armadas, normalmente de grande vulto, com produtos e temporalidade definidos (por exemplo, aquisição de aviões e helicópteros, navios e embarcações, carros de combate, armamentos pesados e suas munições, instalações de grande porte). As despesas de investimento ampliaram-se sobremaneira, passando de R\$ 1,5 bilhão em 2003 para R\$ 10,1 bilhões em 2012 – 568% de aumento (FILHO, 2013).

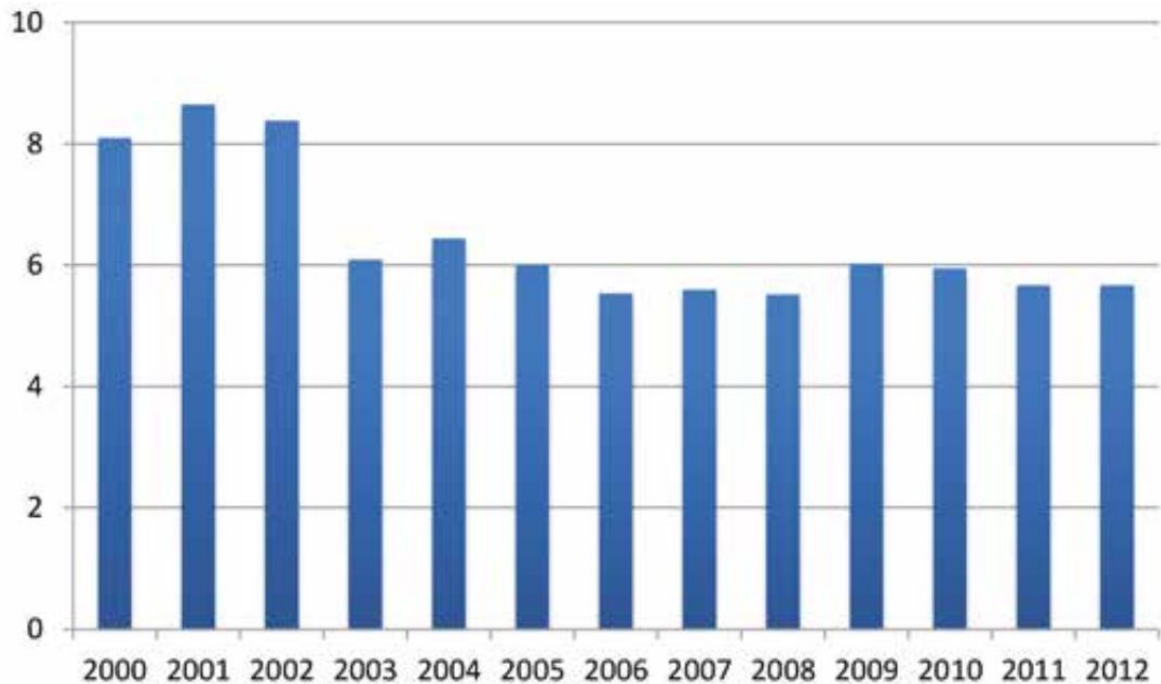
Como já descrito, nem todos os gastos do país em defesa representam demanda por produtos da indústria de defesa. A demanda vem apenas de parte dos gastos de custeio e de investimento. Os setores de segurança pública e privada e outros Estados Nacionais respondem pelo restante da demanda (FILHO, 2013).

Os dados apresentados no gráfico 07 demonstram que não houveram mudanças bruscas nos gastos militares brasileiros no período considerado, havendo apenas ligeiras variações, com uma tendência de crescimento contínua entre 2003 e 2010. No entanto, para avaliar o comportamento dos gastos militares no período, cabe avaliar tais valores em relação ao PIB e aos gastos governamentais totais. Essas informações são apresentadas no gráfico 09 (ANDRADE, 2014).

Gráfico 07 – Gastos militares brasileiros (2000-2013) (Em US\$ bilhões)



Fonte: Sipri. Disponível em: < <http://goo.gl/3XYUV5> >. Acesso em: 15 jul 2019.

Gráfico 08 – Gastos militares brasileiros (2000-2012) (Em US\$ bilhões)  
(Em % dos gastos governamentais totais)

Fonte: Banco Mundial World Development Indicators. Disponível em: <<http://goo.gl/LcQIE>>. Acesso em: 15 jul 2019.



O Gráfico 08 demonstra, portanto, que a aparente tendência de aumento nos gastos militares brasileiros deve ser relativizada. Apesar do aumento nos valores absolutos investidos no campo da defesa no Brasil, a análise desses gastos com os gastos governamentais totais mostra que a porcentagem representada pelos gastos militares apresentou uma tendência de queda até 2012 (ANDRADE, 2014).

#### 5.4 PRINCIPAIS EMPRESAS

A BID é responsável por mais de 60 mil empregos diretos e outros 240 mil empregos indiretos, sendo que a mão de obra é extremamente qualificada. As indústrias também são responsáveis por 4% do PIB (Produto Interno Bruto) do país e exportam mais de R\$ 4,7 bilhões (ABIMDE, 2018).

Parte das empresas associadas é certificada como Empresa Estratégica de Defesa (EED) pelo Ministério da Defesa e elas contam também com certificações de Produto Estratégico de Defesa (PED). Nessas condições, as empresas podem contar com regimes diferenciados de tributação e possuem prioridade na contratação pelas Forças Armadas (ABIMDE, 2018).

O Gráfico 10, a seguir, mostra as principais empresas constantes da Base Industrial de Defesa e associadas a ABIMDE:

Quadro 04 – Principais Empresas/Instituições da BID

Empresa	Controle do Capital	Principais produtos/atividades no setor de defesa
Imbel – Indústria de Material Bélico do Brasil	Estatal Nacional	Projeto e fabricação de armas leves, explosivos de uso militar e civil e munições pesadas
Forjas Taurus S.A.	Privado Nacional	Projeto e fabricação de armas leves
Companhia Brasileira de Cartuchos	Privado Nacional	Fabricação de munições leves e de munições para canhões de médio calibre

Condor S.A. Indústria Química	Privado Nacional	Projeto e fabricação de armas e munições não letais
Avibras Indústria Aeroespacial S.A.	Privado Nacional	Projeto e fabricação de sistemas de artilharia e de foguetes ar-terra de 37mm e 70mm
Mectron Engenharia, Indústria e Comércio Ltda	Privado Nacional	Projetos de mísseis ar-ar, ar-superfície e superfície-superfície
Atech Negócios em Tecnologias S. A.	Privado Nacional	Sistemas de controle de armas de embarcações e de aeronaves, desenvolvimento de simuladores de operações militares
Embraer S.A.	Privado Nacional	Projeto e fabricação de aeronaves leves de ataque, de aeronaves de vigilância, transporte de carga
Empresa Gerencial de Projetos Navais	Estatual Nacional	Gerenciamento de projetos da Marinha do Brasil, como, embarcações militares, reparos navais, sistemas de combate embarcados, munição de artilharia, serviços oceanográficos e apoio logístico
Santos Lab	Privado Nacional	Fabricação de Mini-VANTs e de alvos aéreos
Helibras	Privado Estrangeiro	Fabricação de helicópteros de pequeno e médio porte, manutenção, reparo e modernização de

		helicópteros usados militares e civis
Agrale S.A.	Privado Nacional	Projeto e fabricação de veículos utilitários leves militares e civis
Iveco Latin America Ltda	Privado Estrangeiro	Desenvolvimento e fabricação de Veículo Blindado de Transporte de Pessoal Médio de Rodas 6x6 (VBTP-MR)

Fonte: FILHO (2013).

## 5.5 LINHAS DE AÇÃO PARA ENFRENTAR OS DESAFIOS DA CONCORRÊNCIA CHINESA

Seria possível imaginar que a ascensão militar chinesa – e de sua indústria de defesa – poderia representar perdas de mercados tradicionais para a IND brasileira? (ALMEIDA, 2014).

O Brasil tem direcionado sua indústria de defesa para mercados africanos e sul-americanos. As vendas de aeronaves Super Tucano para o Equador (maior comprador de produtos de defesa brasileiros), para o Chile (2º maior comprador), Mauritânia, Burkina Fasso e Angola, comprovam esse fato. Segundo reportagem publicada no site da revista Valor Econômico (ALMEIDA, 2014):

A Embraer projeta um mercado potencial de US\$ 3,5 bilhões para a classe do Super Tucano, algo em torno de 300 aeronaves. Somente na América Latina, segundo a empresa, o mercado potencial é estimado em 81 aeronaves até 2025, o que representa negócios superiores a US\$ 1 bilhão (SILVEIRA, 2012, p. 1)

A China, até porque mais leniente quanto a questões políticas e de direitos humanos nos países de interesse, tem diversificado seus investimentos pelo mundo afora. Isso pode ser também verificado na influência chinesa na Organização de Cooperação de Shangai (OCS) (ALMEIDA, 2014).

Em contraste com as intenções "democratizadoras" dos Estados Unidos na Ásia Central, a OCS já deixou claro que não se envolverá em assuntos de segurança internos às fronteiras de cada um de seus membros. Ao promover um modelo próprio de desenvolvimento asiático e diferente do norte-americano, a China se converte em um líder cada vez mais atraente para outros países centro-asiáticos, que não têm intenção de mudar suas políticas internas, principalmente no que diz respeito à política e aos direitos humanos (BRASIL, 2010b, p. 2).

Sua ligação, pelo Oceano Pacífico, com países sul-americanos, tem crescido e tal interação aumentada pode representar competição e eventual perda de mercado por parte do Brasil no seu entorno estratégico mais caro: América do Sul e África Ocidental Atlântica (ALMEIDA, 2014).

Na década de 1980 a expansão do comércio chinês se alastrou por toda a Ásia, posteriormente entrou no mercado norte-americano e África, e agora a China avança com vigor sobre os parceiros comerciais do Brasil também na América Latina. Dentre alguns acordos comerciais com países latino-americanos merecem ênfase as parcerias com Argentina, Chile e certo destaque para o Tratado de Livre Comércio (TLC) entre China e Peru que funcionará como plataforma de exportação para a indústria brasileira. De acordo com o secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento Welber Barral, o Brasil vai sofrer cada vez mais a disputa com os produtos chineses em seus mercados tradicionais (LUZ, 2010, p. 2).

Por outro lado, a China se tornou, nos últimos anos, um grande exportador de armas. É o que deixa bem claro artigo publicado no site do Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), cuja parte mais significativa encontra-se transcrita abaixo (ALMEIDA, 2014):

China tornou-se o quinto maior exportador de grandes armas convencionais, de acordo com novos dados sobre transferências internacionais de armas publicados pelo SIPRI em 18 de março de 2014. Esta é a primeira vez que a China foi classificada entre os cinco principais exportadores de armas desde o fim da guerra fria. No geral, o volume de transferências internacionais de armas convencionais cresceu 17 por cento entre 2003-2007 e 2008-2012 (CHINA, 2013, p. 1).

A conclusão parcial a que se chega é que existe, mesmo, possibilidade de a China conquistar – ou, pelo menos, oferecer séria concorrência em – mercados

onde o Brasil tem tradicionalmente sido forte em termos de venda de produtos da Indústria Nacional de Defesa. Como se viu anteriormente, cerca de 61% das exportações de armamentos brasileiros se faz para a América de Sul e para a América Central, de sorte que a expansão chinesa pode vir a comprometer parcialmente essa presença brasileira na região (ALMEIDA, 2014).

Diante do exposto, o governo brasileiro vem tentando implementar medidas de modo a impulsionar a Indústria Nacional de Defesa Brasileira e conter esse avanço do mercado de defesa chinês, principalmente na América do Sul, que é o maior mercado consumidor da BID brasileira.

Segundo o Secretário de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa, no ano de 2017, Flávio Basílio, em uma coluna no Anuário de Defesa da ABIMDE 2018, é preciso superar uma importante questão cultural das nossas exportações que é a identificação do setor de defesa apenas como sendo da esfera militar. É mais do que necessário que o país compreenda a defesa como importante locus de desenvolvimento científico e tecnológico capaz de gerar benefícios para toda a sociedade.

O não recorrente custeado pelos projetos militares constitui importante ferramenta de política industrial, imune a sanções da Organização Mundial do Comércio (OMC), já que capacita as empresas com tecnologias e conhecimentos que não poderiam ser custeados e empreendidos individualmente pela iniciativa privada, sem o apoio estatal, devido ao perfil de risco elevado (ABIMDE, 2018).

Com efeito, o não recorrente, uma vez incorporado, passa a integrar a linha civil de produção, mas sem a necessidade de remuneração do capital, haja vista o custeio do know-how e do know-why pela área militar (ABIMDE, 2018).

O resultado é observado com importantes saltos tecnológicos, com nova tecnologia embarcada e com menores custos de produção. Como exemplo dessa política, pode-se citar a tecnologia fly-by-wire, desenvolvida pelo projeto de caça AMX e que hoje integra todas as aeronaves civis da Embraer (ABIMDE, 2018).

Dessa forma, defendemos que o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa precisa ser uma política de Estado, imune a questões sazonais (ABIMDE, 2018).

Além disso, não se pode aceitar regras feitas sob medida pelos países tecnologicamente maduros, ou que consagram subsídios indevidos e outras barreiras injustificáveis aos nossos produtos. O comércio internacional é, sem dúvida, uma via

potencial para o desenvolvimento e para a melhor distribuição de riqueza. Mas, para que isso ocorra, é preciso trabalhar por condições mais equitativas de troca e por parcerias verdadeiramente estratégicas, cobrando dos nossos países parceiros processos seletivos de produtos de defesa mais justos e transparentes (ABIMDE, 2018).

Não se pode conceber que haja políticas de produção, de exportação e de importação de produtos de defesa sem os instrumentos necessários para fazer valer os objetivos estabelecidos por essas políticas. Para restaurar a competitividade e a lucratividade do setor manufatureiro, é preciso construir arranjos institucionais sólidos que garantam previsibilidade e redução das incertezas aos empreendedores (ABIMDE, 2018).

É preciso superar os gargalos que as empresas de produtos de defesa ainda enfrentam no Brasil, a partir de alguns importantes eixos de atuação, a saber: promoção e inteligência comercial; ciência, tecnologia e inovação; financiamento e garantias; estratégia e relação governo a governo; agenda regulatória; e incentivos econômicos (ABIMDE, 2018).

Segundo Flávio Basílio, Secretário de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa em 2017, como algumas linhas de ação, está sendo reestudado a legislação do setor, melhorando o entendimento e a aplicabilidade da Lei 12.598, implementando a diretriz conjunta de obtenção, e pensando novos instrumentos para conferir maior racionalidade e eficiência ao setor.

Nesse contexto, uma das iniciativas que se encontram em tratativas avançadas é a criação do Banco de Defesa Nacional (BDN), como parte da Estratégia de Financiamentos e investimentos no Setor de Defesa Brasileiro (EFID). O BDN será um banco privado, constituído a partir de participações de investidores nacionais e estrangeiros (DEFESANET, 2019).

Essa estratégia trará vantagens imediatas como burocracia reduzida, alta expertise na área de defesa, estruturação e oferta de garantias e contra-garantias customizadas, atuação em todas as fases de maturidade das empresas, atuação em mercados externos e financiamentos a órgãos públicos nas três esferas: federal, estadual e municipal (DEFESANET, 2019).

Além disso, segundo Flávio Basílio, está em discussão com os demais ministérios uma nova política nacional de compensações tecnológicas, comerciais e

industriais (offset), tanto na ponta ofertante quanto na demandante. A Política Nacional para a Indústria de Defesa (PNID) e uma nova Política de Importação e Exportação de Produtos de Defesa (PNEIPRODE) também estão sendo debatidas.

Em outras duas frentes, foi realizado estudos para incentivo à pesquisa e à inovação, com a criação de mecanismos para valorizar as equipes de pesquisadores, de engenheiros e de técnicos, que representam um bem de extremo valor para o país. Além disso, foi criado em conjunto com o Ministério da Fazenda e com o BNDES, uma nova linha internacional de crédito para financiar países que queiram comprar os produtos de defesa Made in Brazil (ABIMDE, 2018).

Outras linhas de ação estão a caminho, inclusive de fomento às parcerias internacionais, para que o setor possa contar com mecanismos efetivos e justos para continuar crescendo, independentemente do contexto político-econômico (ABIMDE, 2018).

Por fim, segundo a Confederação Nacional da Indústria (2012), pode-se resumir as linhas de ação mais importantes para lidar com a concorrência chinesa no mercado brasileiro, como por exemplo, aumentar a competitividade das empresas e do país: qualquer que seja o cenário, o Brasil precisa elevar sua competitividade. A China aumenta o sentido de urgência. O Brasil é hoje uma economia de custos elevados: tributários, logísticos e de infraestrutura, salarial, energia, crédito e moeda; investir em pesquisa e desenvolvimento a fim de produzir produtos de defesa com alta tecnologia; fortalecer os acordos de livre comércio a fim de estabelecer preferências, para aumentar a capacidade competitiva do país, diante do aumento de produtos de defesa chinês nos principais mercados consumidores do Brasil.

## **5.6 AS RELAÇÕES POLÍTICO-ECONÔMICAS COM A CHINA NO NOVO GOVERNO E AS IMPLICAÇÕES PARA A BID.**

O levantamento dos TOP 100 da Indústria de Defesa deste ano da publicação americana DefenseNews trouxe uma novidade que surpreende e alarma a Base Industrial de Defesa do Ocidente. Pela primeira vez desde 2001, o TOP 100 inclui empresas de defesa chinesas, e seis delas estão entre as TOP 15, uma grande

reviravolta das principais empresas de defesa do mundo. A revista realizou uma pesquisa junto ao Instituto Internacional para Estudos Estratégicos (IISS), sediado em Londres, que estudou extensivamente a indústria de defesa chinesa durante vários anos. Após um tempo de estudo, a pesquisadora Beraud-Sudreau do IISS, disse em sua matéria para a revista que "As palavras-chave deste ano são 'grande poder competitivo', e os países terão que tomar uma decisão importante para se alinhar com os EUA ou a China no mercado de defesa" (DEFESANET, 2019).

Recentemente, a concessão dada ao Brasil como aliado prioritário fora do âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) pelo EUA, foi recebida pelo governo brasileiro como uma oportunidade de mudar seu patamar estratégico e de fortalecer a indústria de defesa local (DEFESATV, 2019).

O presidente Donald Trump anunciou no dia 31 de julho de 2019 a entrada do Brasil num seleto clube de 17 países, alguns parceiros estratégicos importantes como a Austrália e outros inócuos, como a Argentina; até então única nação latino-americana do grupo (DEFESATV, 2019).

O Ministério da Defesa (MD) e o Itamaraty divulgaram nota conjunta em que comemoram o acesso a "maiores oportunidades de intercâmbio e assistência militar, compra de material de defesa, treinamentos conjuntos e participação em projetos". Nada disso é exatamente automático. Como o caso de Buenos Aires mostra, a "relação carnal" que era celebrada pelo governo argentino em 1997 não logrou modernizar das Forças Armadas do país, que de resto definharam com o governo no começo dos anos 2000 (DEFESATV, 2019).

Mas acertam as pastas ao dizer que "a base industrial de defesa brasileira poderá ser beneficiada pelo status ao integrar-se de forma mais competitiva nas cadeias globais de valor de alta tecnologia do setor". "Poderão ser discutidas opções de maior acesso ao mercado norte-americano e a financiamentos para produtos de defesa exportados pelo Brasil, além da participação em licitações e empreendimentos conjuntos", diz o texto (DEFESATV, 2019).

Aqui está a grande oportunidade colocada pelo largamente simbólico status. O Brasil tem alguns poucos produtos militares de ponta no mercado, como o avião de transporte multimissão KC-390 e o caça leve Super Tucano, e há a possibilidade de abertura do maior mercado militar do mundo a eles (DEFESATV, 2019).



Há a possibilidade de captação de produtos de alta tecnologia para programas estratégicos desenvolvidos no Brasil. Aqui, o velho temor dos militares brasileiros segue, ainda que reduzido pelo novo status: que eventuais produtos acabem sujeitos a embargos determinados pelo Congresso americano, que nem de longe é automaticamente alinhado ao Executivo da ocasião (DEFESATV, 2019).

O mercado de defesa e segurança brasileiro movimentou 4% do PIB do país e emprega 60 mil pessoas. Já o orçamento militar é engessado: dos R\$ 102 bilhões gastos em 2018, só 11,5% foram destinados a investimentos, fatia que deve cair ainda mais devido aos contingenciamentos deste ano. Politicamente, é uma vitória para Jair Bolsonaro, que assumiu a Presidência prometendo alinhamento total ao governo Trump. Durante o primeiro encontro com Bolsonaro, Trump falou que gostaria do Brasil como membro permanente da Otan (DEFESATV, 2019).

Diante do exposto acima, presume-se que as relações do Brasil com a China no que tange a produtos de defesa tende a permanecer incipiente durante o atual governo, devido a uma maior aproximação com os EUA, relatado nos parágrafos anteriores, excetuando as relações comerciais em outras áreas, que deve ser mantida de maneira relevante, visto que a China é a principal parceira comercial do Brasil desde 2009, sendo responsável por quase 30% das exportações brasileiras.

Entretanto, a China tende a aumentar suas relações com alguns países da América do Sul em produtos de defesa, principalmente aqueles com viés ideológico semelhante, o que pode comprometer as exportações das principais empresas da Indústria Nacional de Defesa Brasileira, como a Embraer e Avibrás, por exemplo, para alguns países da América do Sul, devido a concorrência desse gigante asiático, que vem tentando aumentar sua presença em produtos de defesa no continente Sul-americano.

## 6 CONCLUSÃO

O crescimento da China na esfera global tem provocado mudanças no campo econômico e geopolítico da América do Sul. A entrada da China na América do Sul é vantajosa para os países da Região? Mesmo em um cenário de incertezas, a República Popular da China torna-se, nos últimos anos, a principal parceira comercial de diversos países Sul-Americanos (ELLIS, 2018).

Inserido nesse contexto, está o Brasil, país considerado hegemônico na América do Sul e principal membro do MERCOSUL, tornando-se o ataque principal do gigante asiático nessa região do Globo Terrestre.

O desabrochar da China transformou-a num ator econômico importante na América do Sul. Em 2006, seu comércio com a região chegou a US\$ 50 bilhões e seu recém-conquistado poder econômico nas Américas conseqüentemente aumentou o seu poder político. A China conduz suas relações de defesa com a América do Sul num ambiente político e econômico que pode preparar terreno para grandes vendas de armas. As informações de fontes abertas e outros meios analíticos indicam que as vendas de armas chinesas à América do Sul vêm aumentando lenta, mas continuamente (HORTA, 2009).

Na última década, as vendas militares chinesas para a América do Sul se expandiram, passando de fardamentos e equipamentos não letais para um conjunto de plataformas cada vez mais amplo e sofisticado. Os países que mais possuem produtos de defesa chineses na região são Venezuela, Bolívia, Equador e Peru (ELLIS, 2018).

Diante desse cenário, o Brasil vem buscando fortalecer a sua Indústria Nacional de Defesa de maneira mais abrangente na última década, com o advento da Política e da Estratégia Nacionais de Defesa e do Livro Branco de Defesa. Esses documentos norteiam a motivação nacional em torno do fortalecimento do setor de Defesa Brasileiro, que está associado ao crescimento da economia do país, devido a Defesa ser o ramo da indústria nacional que mais propicia esse acontecimento.

Nesse viés, o Brasil, no intuito de impulsionar a Indústria Nacional de Defesa, implementa algumas medidas a fim de conter o avanço do mercado de defesa chinês na América do Sul, que é o maior consumidor da Base Industrial de Defesa brasileira.

O Ministério da Defesa afirma que é preciso que o país veja a Defesa como importante ferramenta de desenvolvimento científico e tecnológico capaz de gerar benefícios para toda a sociedade, e não apenas como sendo da esfera militar, ao mesmo tempo que preconiza que o desenvolvimento da BID precisa ser uma política de Estado, imune a questões sazonais, o que talvez seja o maior óbice para o fortalecimento desse importante setor industrial.

As perspectivas da Indústria Nacional de Defesa Brasileira são bastante positivas, onde o país vem envidando esforços para superar os principais gargalos que as empresas de Defesa enfrentam, como, promoção e inteligência comercial, ciência, tecnologia e inovação, financiamento e garantias, além do corte de verbas destinadas ao setor, já citado no parágrafo anterior, com o passar dos anos e as mudanças de governo.

A criação do Banco de Defesa Nacional (BDN), como parte da Estratégia de financiamentos e investimentos no setor, além de outras medidas evidenciadas no item 5.5, são ferramentas essenciais para alavancar a Base Industrial de Defesa Brasileira e enfrentar a concorrência chinesa em mercados da América do Sul, que representa significativa parcela das exportações da Base Industrial de Defesa.

Com o advento da eleição do presidente Jair Bolsonaro, presume-se que a entrada de Produtos de Defesa da China no Brasil permaneça estagnada, devido a acontecimentos recentes, como a nomeação do país, pelos EUA, para ser aliado prioritário fora do âmbito da OTAN, colocando o Brasil em um seleto grupo de países, além da recente aproximação com o Reino Unido, divulgada pela secretaria de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa, a fim de aprofundar a cooperação bilateral no setor de Defesa e atrair investimentos externos, o que tende a arrefecer a entrada de produtos chineses desse setor no território brasileiro.

Entretanto, o gigante asiático tende a aumentar as exportações dos seus produtos de Defesa para alguns países da América do Sul, como Venezuela, Bolívia, Equador e Peru, o que pode comprometer as exportações das principais empresas da BID, como a EMBRAER e a HELIBRÁS, que tem um mercado consumidor forte no continente sul-americano, devido, principalmente, ao preço oferecido pela China, que torna seus produtos um atrativo para esses países, aliado ao avanço da tecnologia desenvolvida, colocando alguns itens no mesmo patamar de alguns países tradicionais nesse tipo de mercado.

Por fim, a Indústria Nacional de Defesa Brasileira tem perspectivas bastante positivas a curto prazo, principalmente pelo despertar do governo para esse importante setor industrial que, se bem explorado, pode contribuir sobremaneira para o crescimento econômico do país e projetar o Brasil no cenário mundial. Essa priorização do desenvolvimento da BID é fundamental para enfrentar a concorrência chinesa em países da América do Sul, que é o principal mercado consumidor brasileiro desse tipo de produtos além de consolidar o Estado Brasileiro como polo de desenvolvimento na América Latina e projetar a nação como potência regional e mundial.

## REFERÊNCIAS

ABDI – AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. **Diagnóstico: Base Industrial de Defesa Brasileira**. Campinas: ABDI; Unicamp, 2011. 54 p. Disponível em: <[http://www.abdi.com.br/Estudo/relatorio\\_neit\\_04-defesa\\_01b.indd.pdf](http://www.abdi.com.br/Estudo/relatorio_neit_04-defesa_01b.indd.pdf)>. Acesso em: 09 mar 2019.

ABIMDE – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE MATERIAIS DE DEFESA E SEGURANÇA. **Anuário da Base Industrial de Defesa**, 2018. Disponível em:< [www.abimde.org.br/catalogo/download/anuario\\_abimde\\_2018.pdf](http://www.abimde.org.br/catalogo/download/anuario_abimde_2018.pdf) >. Acesso em: 10 mar 2019.

ALMEIDA, Vítor Hugo de Araújo. **A Ascensão Chinesa no Século XXI e os possíveis impactos na Indústria Nacional de Defesa Brasileira**. 2014. 51f. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Pós-graduação em Ciências Militares, ECEME, Rio de Janeiro, 2014.

ANDRADE, Israel de Oliveira. **O Fortalecimento da Indústria de Defesa do Brasil**. 2013. Disponível em:<[https://www.academia.edu/360559775/BASE\\_CONTEXTUALIZAÇÃO\\_HISTORICA\\_CONJUNTURA\\_ATUAL\\_E\\_PERSPECTIVAS\\_FUTURAS](https://www.academia.edu/360559775/BASE_CONTEXTUALIZAÇÃO_HISTORICA_CONJUNTURA_ATUAL_E_PERSPECTIVAS_FUTURAS) >. Acesso em: 11 mar 2019.

BARBOSA, Rui Vaz. **Conselho de Defesa Sul-Americano: Reflexos para a Indústria Brasileira de Produtos de Defesa**. 2015. 57f. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Pós-graduação em Ciências Militares, ECEME, Rio de Janeiro, 2015.

BÁRCENA, A e ROSALES, O. 2010. **La Republica Popular de China y America Latina y el Caribe: hacia una relación estratégica**. Santiago: Cepal. Disponível em: <[http://www.eclac.org/publicaciones/xml/2/39082/RP\\_China\\_America\\_Latina\\_el\\_Caribe\\_una\\_relacion\\_estrategica.pdf](http://www.eclac.org/publicaciones/xml/2/39082/RP_China_America_Latina_el_Caribe_una_relacion_estrategica.pdf) > Acesso em: 06 Mar 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**, 2012. Disponível em:<<https://www.defesa.gov.br/arquivos/estadoedefesa/livrobranco/livrobranco.pdf>> Acesso em: 12 mar 2019.

BRASIL. Lei n. 12.598, de 21 de março de 2012. **Estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa; dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa; altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010; e dá outras providências**, Brasília, DF, mar. 2012.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre cooperação em matéria de Defesa**. Brasília: MRE, 2011b.

China e América Latina: **encontro de interesses**. 2014. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/BRICs/china.pdf> > Acesso em: 10 Mar 2019.

CINTRA, Maria Rita Vital Paganin. **A Presença da China na América Latina no século XXI – Suas Estratégias e o impacto dessa relação para países e setores específicos**, 2013. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em economia política internacional). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

DEFESANET (Brasília – DF). **ABIMDE – Fortalecimento da Indústria de Defesa passa pela exportação. 2018**. Disponível em: <[http://www.defesanet.com.br/bid/noticia/30816/ABIMDE- Fortalecimento-da-industria-de-defesa-passa-pela-exportacao/](http://www.defesanet.com.br/bid/noticia/30816/ABIMDE-Fortalecimento-da-industria-de-defesa-passa-pela-exportacao/) >. Acesso em: 01 mar 2019.

DEFESANET (Brasília – DF). **CHINA - Empresas Indústria de Defesa Surpreendem**. 2019. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/china/noticia/33658/Industria-de-Defesa---Empresas-Chinesas-Surpreendem-/>>. Acesso em 03 set 2019.

DEFESATV – **Concessão dada ao Brasil de aliado militar extra-OTAN pelos EUA favorece a Indústria Nacional de Defesa**. 2019. Disponível em: <<https://www.defesa.tv.br/concessao-dada-ao-brasil-de-aliado-militar-extra-otan-pelos-eua-favorece-industria-nacional/>>. Acesso em: 03 set 2019.

DIARIO DO POVO ONLINE (Rio de Janeiro). **Equipamentos militares da China são louvados no Brasil. 2015**. Disponível em: <<http://portuguese.people.com.cn/n/2015/0420/c310816-8880947.html> >. Acesso em: 14 mar 2019.

ELLIS, Evan. **Investments of China in Latin America and Brazil: “Panda or Dragon”?** 2018. Disponível em: < <https://medium.com/fundação-fhc/investments-of-china-in-latin-america-and-brazil-panda-or-dragon-3536dc8d10fb> >. Acesso em: 07 mar 2019.

ELLIS, Evan. **The Strategic Contexto of China’s advance in Latin American: an update 2017**. Disponível em: < <https://econvue.com/pulse/strategic-context-chinas-advance-latin-america-update> > Acesso em: 06 mar 2019.

FERREIRA, Marcos José Barbieri. **Base Industrial de Defesa Brasileira: Desafios e Perspectivas**. São Paulo: Unicamp, 2012. Disponível em: < [www.iea.usp.br/midiateca/apresentacao/ferreirabaseindustrial.pdf](http://www.iea.usp.br/midiateca/apresentacao/ferreirabaseindustrial.pdf) >. Acesso em: 15 mar 2019.

FILHO, Sérgio Leite Schmitt Correa. **Panorama sobre a indústria de defesa e segurança no Brasil**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 38, p. 373-408, set. 2013.

HORTA, Loro. A Influência Militar da China na América Latina. **Military Review**, Lisboa, p.30-40, 10 jan 2009.

KATSANOS Anastacio. A Crescente Presença Chinesa. **Revista Força Aérea**. 2015.

LANGE, Valério Luiz. A Indústria de Defesa no Brasil. **Strategic Evaluation International Journal of Defense & Conflict Analysis**, Corunha, Espanha, nº 1, p. 164 – 241, 2007a.

\_\_\_\_\_. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF, 2012d.

LUZ, Arnaldo J. **O crescimento chinês e seus impactos no Brasil**. 2010. Disponível em <http://www.mundorama.net/2010/01/22/o-crescimento-chines-e-seus-impactos-no-brasil-por-arnaldo-jose-da-luz/>. Acesso em 04 mar 2019.

POLTRONIERI, Daniel. **O crescimento da China e seus reflexos em termos de capacidade militar**. Belo Horizonte: PUC, 2010.

SILVEIRA, Virgínia. **Embraer fecha venda de Super Tucano para três países da África**. 2012. Disponível em <http://www.valor.com.br/empresas/2591312/embraerfecha-venda-de-super-tucano-para-tres-paises-da-africa#ixzz2v1Qm6J8O>. Acesso em 04 mar 2014.

SIPRI – STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. **Sipri Arms Transfers Database** - 2017. Stockholm, 2017a. Disponível em: <http://www.sipri.org/research/armaments/transfers/measuring/databases/armstransfers>. Acesso em: 10 mar 2019.

SIQUEIRA, Mauro Barbosa. **O "Livro Branco" da Defesa Nacional na China e a Estratégia Nacional de Defesa brasileira: um estudo sucinto**. Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, Ano 4, Nº32, Rio, 2009 [ISSN 1981-3384].

VADELL, Javier. A China na América do Sul e as implicações geopolíticas do consenso do Pacífico. **Revista de Sociologia e Política**, São Paulo, v. 19, p. 57-79, 10 nov 2011.

ZAKARIA, Fareed. **O Mundo pós-americano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

XU, Lucas. **Governo chinês divulga Livro Branco sobre defesa nacional da China**. Cri on line. Disponível em <http://portuguese.cri.cn/561/2013/04/16/1s165431.htm>. Acesso em: 22 mar 2013.